**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

JULIA WEINRICH

**A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS DIANTE DA
INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA**

Rio do Sul SC

2022

JULIA WEINRICH

**A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS DIANTE DA
INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo
Centro Universitário para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientador: Prof. M.e Elizeu de Oliveira Santos
Sobrinho.

Rio do Sul

2022

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “A CONDIÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS
DIANTE DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA”, elaborada pela acadêmica JULIA
WEINRICH, foi considerada

() APROVADA

() REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de
BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Prof(a). M.^a Vanessa Cristina Bauer
Coordenadora do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 19 de março de 2022.

Julia Weinrich
Acadêmica

DEDICATÓRIA

A todos os animais que transmitem seu amor e felicidade apenas com um olhar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela proteção diária e por me ensinar a amar e respeitar todos os seres. Sou grata por me incentivar a evoluir e lutar pelos meus sonhos e propósitos de vida. A Ele eu devo minha gratidão, sempre.

Agradeço minha família pelo carinho, especialmente aos meus pais, Mauri Marcos Weinrich e Marian Weinrich, por todo amor incondicional em minha criação e pelo incentivo em meu desenvolvimento educacional.

Ao meu namorado, Gabriel Antonio Dietrich, que esteve ao meu lado durante toda elaboração desse trabalho. Sou grata por ser meu melhor amigo e companheiro, por acreditar nos meus objetivos, por sempre me incentivar sendo atencioso, compreensivo e carinhoso. Do fundo do meu coração, obrigada.

Também, agradeço aos meus amigos que adquiri ao longo dessa trajetória acadêmica. Em especial a Jenny Ayra, por compartilhar tantos momentos em minha vida e a minha dupla Brenda Venturi, dupla de sala de aula e das tardes de estágio. Com vocês ao meu lado meus dias foram muito felizes.

Agradeço ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e a todos os professores que foram essenciais no meu processo acadêmico.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientador, professor Elizeu de Oliveira Sobrinho, pela confiança depositada na minha proposta de projeto. Manifesto minha eterna gratidão por compartilhar suas obras bibliográficas que me auxiliaram para a realização desta pesquisa. Sou muito grata por ter sido meu orientador.

Nós, seres humanos, estamos na natureza para auxiliar o progresso dos animais, na mesma proporção que os anjos estão para nos auxiliar. Portanto quem chuta ou maltrata um animal é alguém que não aprendeu a amar.

Chico Xavier.

RESUMO

A presente pesquisa busca realizar uma análise da condição jurídica dos animais não-humanos no ordenamento jurídico brasileiro diante da exploração animal da indústria alimentícia. Atualmente, os animais não-humanos são legal e moralmente considerados como propriedades dos seres humanos, podendo ser utilizados para alcançar quaisquer fins por eles almejados. Em virtude disso, torna-se extremamente relevante e necessário indagar sobre a condição jurídica na exploração animal da indústria alimentícia. O método de abordagem a ser utilizado na consecução deste estudo é o indutivo e o método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica. Ao final do estudo, constatar-se-á que a condição jurídica dos animais utilizados na indústria alimentícia seja o de mera propriedade/coisa.

Palavras-chave: Direito Animal. Exploração animal. Fundamentos morais. Indústria alimentícia. Ordenamento jurídico brasileiro.

ABSTRACT

The present research seeks to carry out an analysis of the legal status of non-human animals in the Brazilian legal system in the face of animal exploitation in the food industry. Currently, non-human animals are legally and morally considered property of human beings, and can be used to achieve any ends desired by them. As a result, it becomes extremely relevant and necessary to inquire about the legal status of animal exploitation in the food industry. The method of approach to be used in carrying out this study is the inductive one and the method of procedure will be the monographic one. The data collection will be through the technique of bibliographic research. At the end of the study, it will be seen that the legal status of animals used in the food industry is that of mere property/thing.

Palavras-chave: Animal exploration. Animal Law. Brazilian legal system. Food industry. Moral foundations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CONDIÇÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	13
2.1 DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS-NORMATIVOS	13
2.2 O DIREITO ANIMAL BRASILEIRO NOS DIPLOMAS CONSTITUCIONAL E CIVIL BRASILEIRO EM VIGÊNCIA	18
2.3 OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NA ESFERA PENAL BRASILEIRA	20
3 FUNDAMENTOS MORAIS PARA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS	27
3.1 PETER SINGER: ÉTICA UTILITARISTA E A REDEFINIÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	28
3.2 TOM REGAN: SUJEITOS-DE-UMA-VIDA	33
3.3 GARY FRANCIONE: O DIREITO DE NÃO SER TRATADO COMO PROPRIEDADE	39
4 EXPLORAÇÃO ANIMAL NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA	44
4.1 A CONDIÇÃO ANIMAL NA CRIAÇÃO PARA CONSUMO ALIMENTÍCIO	45
4.2 A ÉTICA NA EXPLORAÇÃO ANIMAL PARA CONSUMO HUMANO	49
4.3 CONSUMO DE CARNE E O VEGANISMO	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é a condição jurídica dos animais não-humanos diante da indústria alimentícia.

O seu objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é analisar qual a condição jurídica dos animais não-humanos utilizados na indústria alimentícia.

Os objetivos específicos são: a) descrever o ordenamento jurídico brasileiro do direito dos animais; b) discutir os fundamentos morais para proteção dos animais; c) demonstrar a exploração animal na indústria alimentícia.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: Qual a condição jurídica dos animais não-humanos utilizados na indústria alimentícia?

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese:

a) supõe-se que a condição jurídica dos animais utilizados na indústria alimentícia seja a de mera propriedade/coisa.

O Método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse trabalho de curso será o indutivo; o Método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da pesquisa bibliográfica.

O presente estudo justifica-se por possuir relevância jurídica, acadêmica e social. Inicialmente, o tema é academicamente relevante pois retrata uma discussão pouco debatida nesta instituição de ensino superior, qual seja, analisar a condição jurídica dos animais não-humanos diante da indústria alimentícia. Por fim, o trabalho acadêmico pressupõe relevância social, tendo em vista que o maior número de consumo de carnes e produtos derivados da produção animal chega à mesa de todos os brasileiros.

Ademais, cumpre destacar que o presente estudo se divide em três partes. Inicialmente, no título “A condição jurídica dos animais não-humanos no ordenamento jurídico brasileiro”, buscar-se-á discorrer sobre o desenvolvimento normativo do direito dos animais. Esta abordagem possibilitará a compreensão da origem do debate acerca dos direitos dos animais não-humanos, e esclarecerá o status jurídico ocupado pelos animais no âmbito da legislação brasileira.

No título “Fundamentos morais para proteção dos animais não-humanos”, buscar-se-á demonstrar os principais posicionamentos que analisam o status moral dos animais. Para tanto, se apresentará as teses de Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione, três dos principais nomes que argumentam pela reformulação da atual condição dos animais. O primeiro defendendo uma linha utilitarista e os demais uma vertente do abolicionismo.

No título “Exploração animal na indústria alimentícia”, o propósito consiste em apresentar como os animais são atualmente tratados no procedimento da exploração animal na indústria alimentícia. Tendo esse propósito em vista, iniciar-se-á a abordagem com uma exposição acerca da condição animal durante a criação para consumo alimentício. Em seguida, decorrer-se-á a maneira pela qual a ética e o sistema jurídico ignoram os animais submetidos a esse procedimento. Por fim, discutir-se-á como os hábitos alimentares do ser humano, em relação a carne e derivados, podem ser atendidos sem causar exploração animal, adquirindo uma alimentação moralmente e juridicamente correta.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizados sobre A condição jurídica dos animais não-humanos diante da indústria alimentícia.

2 A CONDIÇÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

2.1 DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS-NORMATIVOS

As primeiras leis de proteção aos animais no mundo surgiram em Londres, no século XIX, a cidade ocidental com maior população na época. No ano de 1800, houve a proposta pelo parlamento britânico de uma lei que proibisse lutas de cães. Em 1809, Lord Erskine apresentou outra lei que buscava punir quem maltratasse animais domésticos. Tanto o primeiro quanto o segundo projeto de lei foram negados, contudo, abriram novos caminhos para que o tema fosse ainda mais discutido na Inglaterra.¹

A primeira aprovação de lei em prol dos animais, foi no ano de 1822, através da lei de proteção "*Treatment of Cattle Bill*", proposta por Richard Martin,² que proibiu maus tratamentos e castigos cruéis relacionados aos animais domésticos.

A partir dessa aprovação, com o passar dos anos houveram outras normas que foram tipificadas, como a criação da defesa do bem-estar dos animais, principalmente aos utilizados para fins de diversão, criada pelos pioneiros, Estados Unidos da América. No ano de 1867, Henry Bergh esboçou a primeira Declaração dos Direitos dos Animais, e ainda, em seguida aprovou-se uma lei que tornaria crime a exploração animal dos combates realizados entre animais.³

Em 1850 através do parlamento francês, foi aprovada a Lei *Gramont*, dedicada a proibir os maus-tratos em via pública. Ainda, no ano de 1902 uma associação de proteção aos animais da França, criou o primeiro regulamento a animais abandonados, os quais passaram a ser recolhidos e destinados a um novo lar de adoção.⁴

¹ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 19.

² MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 19.

³ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 19.

⁴ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história.** Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 20.

Conforme disposto, as primeiras leis de proteção aos animais, estendiam-se apenas aos animais domésticos, sendo que a fauna silvestre não possuía o mesmo respaldo, gerando contrariedade dentro das regulamentações, visto que, como por exemplo, o touro dependendo o país era considerado doméstico, ora selvagem, o que o tornava compatível às crueldades.⁵

Um grande salto ao crescimento das normativas do direito animal, em âmbito internacional, foi no ano de 1978, com a criação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais proclamada pela UNESCO, cujo texto foi lido solenemente em Bruxelas e em Paris. A declaração fora subscrita pelo Brasil no encontro internacional na Bélgica⁶. A sua redação buscava reconhecer a proteção aos animais, incluindo o seu direito à vida, dignidade, respeito, amparo contra os maus-tratos e qualquer tipo de crueldade,⁷ conforme teor do preâmbulo abaixo transcrito:

Considerando que todo o animal possui direitos;
 Considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza;
 Considerando que o reconhecimento pela espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das outras espécies no mundo;
 Considerando que os genocídios são perpetrados pelo homem e há o perigo de continuar a perpetrar outros;
 Considerando que o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante;
 Considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais.⁸

Portando, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, buscou defender o direito dos animais não-humanos⁹ de fato, mesmo não possuindo força normativa,

⁵ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 20.

⁶ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 44.

⁷ ABILIO, Juan Roque. Os direitos fundamentais dos animais não humanos: o ultrapassar fronteiras da Constituição para além da coexistência à convivência moral e ética dos seres sencientes. *In: Revista de Artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito*, v. 1, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/1simposioconst/article/view/1132>. Acesso em: 19 de mar. 2022. p. 452.

⁸ ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas - Bélgica, 27 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/pdf/e9b4b78d53d8ade06367be893d9bd826.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022. p. 1.

⁹ Ao utilizar o termo animais não-humanos, referencia-se aos membros do reino Animalia, seres sencientes, vertebrados e alguns invertebrados, com sistema nervoso central desenvolvido e que não pertença à espécie homo *sapiens sapiens* (espécie humana). No presente trabalho poderá conter a expressão animais, ou também animais não-humanos, ambas expressões devem remeter a um animal que não seja da espécie humana. A espécie humana é citada pelas expressões humanos, humanidade, homem, sociedade. (SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo**

estabeleceu um fundamento mundial, influenciando as demais legislações a instruírem como sujeitos autênticos de direito, inclusive, servindo como base para a legislação brasileira, assumindo a grande importância da proteção aos animais conforme será demonstrado no decorrer do capítulo.¹⁰

No ordenamento jurídico brasileiro, as normas constituídas aos animais não-humanos, expõem uma ideia ainda primitiva. Buscando uma visão ampliada sobre às condições jurídicas dos animais em leis nacionais, estaduais e municipais, poderia se constatar erroneamente que os animais possuem direito no Brasil, mas a proteção aos animais veio paulatinamente na história brasileira, e até o presente momento não lhe foram dados o devido status de sujeito de direito¹¹.

Uma das primeiras medidas legais surgidas no Brasil, foi a edição do Código de Postura (1886) no município de São Paulo. Apesar da edição não ter gerado grande amplitude, a lei municipal tratou alguns direitos dos animais, como, a proibição dos cocheiros praticarem maus-tratos com os animais através de castigos excessivos.¹² Ainda, tal medida interpôs que em caso de descumprimento da lei, seria aplicado uma multa no valor de 10 réis por infração.¹³

As primeiras normas de âmbito nacional a demonstrar consideração e proteção com os animais não-humanos de que se tem registro é o Decreto Federal n.º 14.529, de 9 de dezembro de 1920, que vedava o combate de animais para fins de entretenimento em casas de diversões e espetáculos públicos.¹⁴ Conforme o artigo 5º da referida norma, ficou impedido a “[...] licença para corridas de touros, garraios e

eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 60-61.)

¹⁰ TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Análise crítica sobre a declaração universal dos direitos dos animais. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, v. 5, n. 7, 2014. DOI: 10.9771/rbda.v5i7.11043. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11043/7964>. Acesso em: 02 abr. 2022. p. 180-185.

¹¹ “a quem podem ser assegurados direitos e atribuídos deveres” (FRANCESCHET. Júlio César. **DIREITO CIVIL PARTE GERAL**. *In: 5ª Revista atualizada ampliada*, Salvador: JusPODIVM, 2020. Disponível em: <https://d24kgseos9bn1o.cloudfront.net/editorajuspodivm/arquivos/25-32%20site.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022. p. 25)

¹² ABILIO, Juan Roque. Os direitos fundamentais dos animais não humanos: o ultrapassar fronteiras da Constituição para além da coexistência à convivência moral e ética dos seres sencientes. *In: Revista de Artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito*, v. 1, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/1simposioconst/article/view/1132>. Acesso em: 19 de mar. 2022. p. 451.

¹³ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico:** Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 66.

¹⁴ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil:** uma breve história. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 23.

novilhos, nem briga de gallos e canarios ou quaisquer outras diversões desse genero que causem soffrimentos aos animaes [sic]”.¹⁵

Editado pelo governo revolucionário de Getúlio Vargas, ainda na vigência da primeira Constituição Federal (no ano de 1891), estabeleceu-se o Decreto n.º 24.645, de 10 de julho de 1934, que positivou a primeira norma de proibição da crueldade ao animal, enumerando 31 atitudes humanas que poderiam ser consideradas maus-tratos”¹⁶. Diante da sua organicidade e generalidade é considerado a primeira norma jurídica geral do Direito Animal Brasileiro.¹⁷

O Decreto n.º 24.645 inicia seu regulamento com o primeiro artigo afirmando que todos os animais existentes no Brasil são tutelados pelo Estado, garantindo um avanço na proteção aos animais¹⁸. Ainda, a mesma norma traz importante definição no artigo 17, afirmando que “A palavra animal, da presente lei, compreende todo ser irracional, quadrupede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos”.¹⁹ O autor Vicente de Paula Ataíde Junior, ao analisar o presente decreto, enaltece que:

Esse estatuto geral dos animais foi o primeiro diploma legal de Direito Animal porque disciplinou a tutela jurídica dos animais considerando-os como um fim em si mesmos, capazes de sofrer e sentir dor e, portanto, dotados de dignidade. Não há qualquer referência à importância ambiental e ecológica dos animais a serem tutelados. Todos os animais existentes são tutelados. Facilmente se extrai desse estatuto que a sua função primordial foi impedir as práticas humanas cruéis contra animais, caracterizando-as como crime de maus-tratos, com farta tipologia de fatos e situações assim consideradas.²⁰

Tão importante quanto, prossegue o mesmo autor, que o Decreto trouxe um grande marco ao ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que disciplinou a tutela

¹⁵ BRASIL. **Decreto n. 14.529, de 9 de dezembro de 1920**. Dá novo regulamento ás casas de diversões e espectaculos publicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-republicacao-93791-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

¹⁶ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil**: uma breve história. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 25.

¹⁷ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 55.

¹⁸ BRASIL. **Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

¹⁹ BRASIL. **Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

²⁰ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 55

jurídica dos animais não-humanos, dispondo a eles o *status* de sujeito de direito, podendo ainda serem defendidos judicialmente,²¹ assistidos “pelos representantes do Ministério Público, pelos seus substitutos legais e pelos membros da sociedade protetoras de animais”²².

A partir da década de 40, com o surgimento da Lei das Contravenções Penais, Decreto Lei n.º 3.688/41²³, a crueldade animal passou a ser considerada uma contravenção penal, complementando o Decreto lei n.º 24.654/34, com preceitos que visam a proteção dos animais²⁴, tipificando ainda aos infratores penas de multa²⁵.

Visando complementar a Lei de Contravenções Penais, e ainda substituir o Código de Caça, que compactuava com a matança, foi tipificado a Lei de Proteção à Fauna com a Lei Federal n.º 5.197/67, transformando em crime a caça profissional e fazendo com que os animais mudassem sua condição, passando a se tornarem propriedades do Estado, deixando de ser produtos aos caçadores.²⁶

No âmbito federal há que se mencionar, ainda, a tipificação da Lei n.º 6.638/79, que estabeleceu normas para a vivissecção dos animais²⁷ e também a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de n.º 6.938/81, a qual definiu a fauna como meio ambiente e disciplinou a ação governamental inserindo a responsabilidade civil e administrativa pelo dano ambiental²⁸.

Não obstante, o ordenamento jurídico brasileiro na sua linha de tempo de evolução buscou uma mudança significativa ao atribuir ao Ministério Público o papel de guardião da natureza, que através da Lei n.º 7.347/85 de Ação Civil Pública, trouxe os instrumentos necessários para que pudesse atuar efetivamente.²⁹

²¹ ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 55

²² BRASIL. **Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

²³ BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

²⁴ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 66.

²⁵ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p.31.

²⁶ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p.31.

²⁷ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p.31.

²⁸ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 67.

²⁹ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 27.

2.2 O DIREITO ANIMAL BRASILEIRO NOS DIPLOMAS CONSTITUCIONAL E CIVIL BRASILEIRO EM VIGÊNCIA

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela primeira vez na história do país, disposições constitucionais trataram de forma direta a questão do meio ambiente,³⁰ o fato ficou denominado como constitucionalização do meio ambiente.³¹

O tratamento constitucional consta com previsão em seu artigo 225, §1º, VII, conforme assim dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.³²

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, renovou as esperanças na evolução da proteção dos animais, visto que tipificou a proteção à fauna, a fim de evitar a extinção das espécies, bem como, a proibição da crueldade, na maioria das Constituições Estaduais.³³

De acordo com a disposição constitucional os destinatários da defesa e preservação do meio ambiente são as presentes e futuras gerações, tratando-se de um bem difuso, de uso comum do povo, pertencendo à coletividade.

É perceptível que a Constituição Federal adotou uma visão antropocêntrica, visando proteger os animais apenas para garantir o direito fundamental do homem em um ambiente ecologicamente equilibrado, assim, os animais, como bens

³⁰ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 68.

³¹ MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil: uma breve história**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 27.

³² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

³³ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p.3

socioambientais, são concebidos como objetos de direitos, pois a titularidade do bem ambiental pertence aos seres humanos.³⁴

Conforme disposto no parágrafo anterior, o constituinte ao incluir a proteção animal deixa claro que o dispositivo em análise é considerado antropocêntrico, feito pelo e para o homem, com visão aos direitos fundamentais da vida humana³⁵. Ainda, com um olhar ainda mais crítico constata-se uma visão também especista, por permitir a exploração de animais para satisfazer desejos dos seres humanos, seja para estabelecer um equilíbrio ecológico, para manifestações culturais, lazer, vestuário e qualquer outro meio considerado relevante.³⁶

Como a Constituição representa uma norma hierárquica, tendo sua posição privilegiada, logo, os dispositivos normativos inferiores ou particulares devem ser derivados conforme a norma constitucional fundamental, assim, a caracterização da proteção constitucional dos animais não-humanos, num viés antropocêntrico e especista, determinou o modo de tratamento dispensado aos animais pelos diplomas legais infraconstitucionais.³⁷

Analisando o Código Civil Brasileiro (CC) em vigor, denota-se que o Direito Civil enxerga os animais não-humano como coisa, bem móvel, semovente,³⁸ conforme dispõe o artigo 82, da Lei Civil, que diz serem “móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social”³⁹.

Frente aos avanços das ciências biológicas, o ordenamento jurídico passa a ser questionado pela posição como simples objetos de penhor e alienação além da

³⁴ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 71-73.

³⁵ SILVEIRA, Paula Galbiatti; BARROS, Marina Dorileo. A proteção jurídica dos animais não-humanos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 10, n. 18, 2015. DOI: 10.9771/rbda.v10i18.13218. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/13218>. Acesso em: 22 mar. 2022. p. 121.

³⁶ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p.70.

³⁷ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p.70.

³⁸ SILVA, Camilo Henrique; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Tutela jurídicas dos animais não humanos no Brasil. *In: Revista Jurídica Cesumar* - Mestrado, v. 14, n. 2, p. 469-489, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3720/2473>. Acesso em: 22 mar. 2022. p. 474.

³⁹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 mar. 2022..

compra e venda⁴⁰. Com essa visão, países europeus trazem grandes mudanças às normas, impondo que os animais não são apenas coisas, mas sim seres sencientes, sujeitos de uma vida, merecedores de um novo tratamento.⁴¹

Contudo, o direito brasileiro, ainda busca uma normativa tradicional, mesmo diante de tantas descobertas científicas que provam que os animais são detidos de sentimentos e consciência.⁴²

Diante do diploma civilista, os animais em seu regime jurídico são classificados como uma propriedade, que possibilita ao proprietário exercer as faculdades de uso, gozo e disposição de sua propriedade, conforme art. 1.228 da mesma lei.⁴³ O tratamento dos animais como “objetos de propriedade” na sociedade, possui aparecimento desde as tábuas da lei de *Eshnunna* e *Hammurabi*, possuindo grande valor comercial. Ainda, na referida época se destruíssem algum elemento da propriedade do homem, implicava em multa, positivada por lei. A punição era imposta não pelo valor do animal, mas sim pelo dano gerado à propriedade.⁴⁴ Na norma civil os animais são protegidos como propriedade privada do homem, passíveis de apropriação, mediante o caráter absoluto do Direito de Propriedade.⁴⁵

2.3 OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NA ESFERA PENAL BRASILEIRA

O direito penal moderno, passou a proteger os animais na medida em que se preocupou tipificando prevenções contra crimes, bem como, ao conscientizar a

⁴⁰ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 72.

⁴¹ SILVA, Camilo Henrique; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Tutela jurídicas dos animais não humanos no Brasil. *In: Revista Jurídica Cesumar* - Mestrado, v. 14, n. 2, p. 469-489, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3720/2473>. Acesso em: 22 mar. 2022. p. 474.

⁴² SILVA, Camilo Henrique; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Tutela jurídicas dos animais não humanos no Brasil. *In: Revista Jurídica Cesumar* - Mestrado, v. 14, n. 2, p. 469-489, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3720/2473>. Acesso em: 22 mar. 2022. p. 474

⁴³ “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm#view. Acesso em 01 abr. 2022).

⁴⁴ FELIPE, Sonia T. Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais: Para além do especismo elitista e eletivo. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol2.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022. p. 180.

⁴⁵ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 70-71.

sociedade apresentando orientações quanto às consequências ao praticar maus-tratos e crueldades aos animais. O Código Penal Brasileiro é considerado deficitário em relação às normas que reprimam crueldade aos animais, isto porque o elemento central do direito penal é a prévia prescrição normativa.⁴⁶

Para haver uma condenação é necessária uma norma penal incriminadora preexistente e de sua respectiva cominação sancionatória,⁴⁷ não existindo tal norma penal não há o que se falar em transgressão passível de condenação jurídica, o que deixa os defensores dos direitos dos animais incapacitados de fundamentar suas demandas pelo Código Penal.⁴⁸

O Código Penal de 1940, atualmente em vigor no país, segue os mesmos princípios observados no Código Civil, tratando os animais não-humanos como uma propriedade do homem, conforme previsão dos artigos abaixo:

Art. 162 - Suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade:
Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.⁴⁹

Conforme análise anterior ao diploma civilista, as punições eram impostas não pelo valor do animal, mas sim pelo dano gerado à propriedade.⁵⁰ Contudo, o Código Penal não é a única regulamentação a tipificar condutas e dispor de cominações legais.

No plano infraconstitucional, um grande avanço legislativo ocorreu com a tipificação da Lei n.º 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais, que passou a considerar

⁴⁶ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 74.

⁴⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008. p. 50.

⁴⁸ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 72.

⁴⁹ BRASIL. Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁵⁰ FELIPE, Sonia T. Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais: Para além do especismo elitista e eletivo. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol2.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022. p. 180.

infração penal a conduta de crueldade em relação aos animais,⁵¹ conforme redação do artigo 32:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.⁵²

As regulamentações de Direito Animal reconhecem a regra constitucional de proibição da crueldade, porém de forma contraditória, ressalvam e disciplinam a atividade de exploração econômica dos animais, impondo limites às ações humanas, porém, sem comprometer a lucratividade ou a competitividade econômica.⁵³

Diante do rol de crimes apresentados pela Lei nº 9.605/98, alguns autores defendem a visão desigual no tratamento dos animais, conforme podemos visualizar na marcante análise do autor Vicente de Paula Ataíde Junior:

Mais importante é observar que, não obstante a regra da proibição da crueldade seja universal – não havendo animal que da sua proteção possa ser excluído –, o tratamento jurídico conferido aos animais não é igualitário. Enquanto os silvestres gozam de uma tutela jurídica superior – que lhes confere, inclusive, o direito à vida e à liberdade – os animais submetidos à exploração econômica pela pecuária e pela pesca – bois, vacas, porcos, galinhas, carneiros, além de variadas espécies de peixes, moluscos e crustáceos – ainda não conseguiram alcançar o nível mais inferior de efetividade dos seus direitos básicos de quarta ou sexta dimensão. Em um patamar de consideração *sui generis* situam-se os chamados animais de estimação ou de companhia – especialmente cães e gatos – que desfrutam não só de uma ampla gama de direitos reconhecidos, especialmente através das legislações estaduais e municipais, como também gozam da maior eficácia social de seus direitos. É possível afirmar que o Direito Animal brasileiro deve sua existência – e constante ascensão – à comoção social que os maus-tratos a cães e gatos geralmente costuma produzir⁵⁴

⁵¹ LEVAL, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p.32.

⁵² BRASIL. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 27 mar. 2022..

⁵³ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 57.

⁵⁴ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 57.

Importante ainda apresentar a seguinte reflexão feita pela autora Sonia Teresinha Felipe, em que também se posiciona diante da grande diferença entre as leis de proteção aos animais:

Cada uma dessas leis representa um marco político, pois estabelece limites às atividades com fins econômicos para todos os que dependem daquela forma de exploração animal. Para os demais cidadãos, entretanto, as leis de proteção aos animais, mesmo tendo em título a especificação de uma espécie animal ou atividade econômica relacionada a ela, parecem proteger os animais. O que ninguém parece perceber é que a proteção eletiva de uma espécie animal revela a indiferença em relação a condição miserável da vida de outros animais igualmente explorados com fins comerciais.⁵⁵

Ressalvada as contradições, a Lei dos Crimes Ambientais ainda assim é considerada um instrumento jurídico hábil para defender os animais provenientes de agressões humanas.⁵⁶

Essa regulamentação está disposta a todos os cidadãos devendo ser utilizado quando necessário, em uma demonstração de cidadania, sensibilidade e tirocínio moral.⁵⁷ A titularidade da ação penal, nesses casos, é do Ministério Público, já que a ação, por expressa determinação legal da Lei de Crimes Ambientais em seu artigo 26 dispõe que é pública e incondicionada,⁵⁸ ou seja, independe da vontade.⁵⁹

É necessário que esses abusos sejam denunciados pela sociedade, fazendo-o dupla finalidade: punitiva e pedagógica. Considerando o caráter público dos delitos contra a fauna, as autoridades competentes, principalmente as com poder de polícia, devem agir.⁶⁰ Conforme explica Levai:

Daí porque a toda pessoa que porventura tenha conhecimento de atentados contra os animais assiste o direito de solicitar concurso policial ou comparecer

⁵⁵ FELIPE, Sonia T. Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais: Para além do especismo elitista e eletivo. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol2.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022. p. 178.

⁵⁶ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 43.

⁵⁷ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 67.

⁵⁸ “Art. 26. Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública incondicionada.” (BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.**)

⁵⁹ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 90.

⁶⁰ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 90-91.

à Delegacia mais próxima para registrar ocorrência (Termo Circunstanciado). Trata-se de um exercício de cidadania assegurado pela Constituição Federal, capaz de ajudar aquelas criaturas que não podem se defender.

Dependendo das circunstâncias do fato e espécie envolvida, a competência podia ser da Justiça Federal, com a atuação do procurador da República, integrante do Ministério Público. Contudo, a Súmula 91 do Superior Tribunal da Justiça, que deferia a competência à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes contra a fauna, foi cancelada no ano de 2000, sendo alterado que os delitos contra o ambiente e os animais, seria afeito à Justiça Estadual, perante a atuação do Promotor de Justiça. A mudança gerou uma boa impressão, visto que a apuração do fato e seu processamento serão através da comarca em que inferiu a infração.⁶¹

Em casos de violência aos animais, a conduta deverá ser tratada como caso de polícia, conforme artigo 32 da Lei n.º 9.605/98. Sendo assim, qualquer pessoa poderá acionar a Polícia Militar ou Ambiental e caso consumado, bem como, caberá a possibilidade de registro de ocorrência junto à Polícia Civil (delegacia), possibilitando que a persecução penal ao infrator seja iniciada.⁶² Ainda, em caso de constrangimento em comparecer às repartições, ficará permitido uma representação escrita, conforme explicação do procedimento:

Em cada município existe uma Delegacia de Polícia, cujas portas devem permanecer sempre abertas à população. Àqueles que se constroem em comparecer nessas repartições, podem encaminhar uma representação escrita (relato detalhado dos fatos) à Promotoria de Justiça, solicitando providências. Ao promotor da comarca caberá, com base nesse documento, requisitar apuração policial ou, se o caso, prosseguir com o feito perante o Juizado Especial Criminal. Sendo os malfeitores adultos, deve-se sempre procurar a polícia. Se a infração, porém, for cometida por menores de 18 anos, o denunciante poderá se dirigir ao Conselho Tutelar ou à Vara da Infância e da Juventude. A única atitude que não se recomenda é a omissão.⁶³

A única atitude não recomendada é a omissão. É necessária ação conjunta da sociedade.⁶⁴

⁶¹ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 91.

⁶² LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 91.

⁶³ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 92.

⁶⁴ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 92.

Em casos de a infração ocasionar vestígios (envenenamento, traumatismo, queimaduras, etc), recomenda-se a produção de um laudo pericial ou atestado veterinário comprovatório da *causa mortis* ou das lesões, mas caso não seja possível realizar, poderá suprir através de prova testemunhal ou fotografias.⁶⁵ Ainda, Levai explica os demais procedimentos nos casos de delitos contra animais com vestígios:

Depois que o delegado ouvir o pretense infrator, os autos serão encaminhados ao Fórum para a análise do Ministério Público. Não havendo pedido de diligências complementares, ao promotor restará as seguintes opções: 1) solicitar designação de audiência preliminar (com proposta de pena alternativa consistente em prestação de serviços à coletividade); 2) propor arquivamento (se não existir prova do crime ou da respectiva autoria); 3) oferecimento de denúncia (quando não couber audiência preliminar ou o acusado for reincidente). Apenas nesta última hipótese é que será iniciada a ação penal, incumbindo ao juiz realizar a instrução probatória e, por fim, proferir a sentença.⁶⁶

Portando, são diversos os caminhos administrativos e jurídicos para a tutela dos animais. Mas, infelizmente a maioria das crueldades não chega a conhecimento das autoridades. A omissão de denúncias acabam sendo estímulos aqueles que despejam a fúria de suas frustrações em seres inocentes.⁶⁷

É preciso que as pessoas tenham sensibilidade e respeitem os animais. Vislumbra-se necessária uma revolução interior no comportamento social, diante de seus costumes e parâmetros morais. Essa mudança não é sobre menosprezar os deveres do homem em relação aos semelhantes, mas sim de reconhecer uma postura ética que enfrente todas barreiras de espécies. “A benevolência deveria ser ampla, acolhendo – a um só tempo – pessoas, plantas e animais.”⁶⁸

Portando, qualquer pessoa deve agir em prol da defesa dos animais oprimidos, exercendo a sua legítima manifestação de cidadania, através de campanhas de natureza pedagógica, acionando as entidades de proteção animal, e provocando a

⁶⁵ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 92.

⁶⁶ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 92.

⁶⁷ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 92-93.

⁶⁸ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 105.

ação policial diante de uma ação de crueldade. É possível encontrar meios hábeis que supram a incapacidade postulatória dos animais.⁶⁹

Conforme disciplinado por este capítulo o espaço lutado para interpor o direito dos animais no ordenamento jurídico brasileiro é competitivo, visto que luta diariamente com uma visão ainda antropocêntrica e especista, conforme procurou-se demonstrar anteriormente. Para tanto, é necessário derrubar ideias populares e reformular as condições morais e jurídica dos animais, a fim de que sejam considerados sujeitos de direitos.

Buscando assegurar os direitos aos animais, é indispensável observar pensadores e apresentar argumentos que buscam posicionar e defender os interesses dos animais, assunto o qual se desenvolverá no próximo capítulo.

⁶⁹ LEVAI, Laerte Fernando. **Os animais sob a visão da ética**. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/os__animais__sob__a__visao__da__etica.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022. p. 24.

3 FUNDAMENTOS MORAIS PARA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

O presente capítulo dedica-se a demonstrar os principais posicionamentos que analisam o *status* moral dos animais. Para tanto, será apresentado as teses de Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione, três dos principais nomes em que argumentam pela reformulação da atual condição dos animais.

A fim de antecipar e proporcionar uma pequena diferenciação entre esses três autores, cumpre identificá-los como membros de duas diferentes vertentes de pensamento. A primeira é denominada bem-estar animal e a segunda de abolicionismo animal.⁷⁰

A vertente bem-estarista é preconizada pelo filósofo australiano Peter Singer, que segue a trilha de Jeremy Bentham, através de um protecionismo utilitarista. Ela busca defender o bem-estar dos animais não-humanos pelo princípio da igual consideração de interesses, estando atrelada a tão somente os deveres éticos e não do direito,⁷¹ uma vez que, aceita o uso dos animais pelos seres humanos se tratados humanitariamente, eliminando qualquer tipo de sofrimento desnecessário.⁷²

Visualizando essa conduta, denota-se que são considerados coisas e objetos, além de serem um meio para alcançar desejos humanos, norteados sempre a tese de fortalecer um bem maior. O bem-estar animal possui foco perante as leis que regulamentam o uso dos animais, sendo assim, podemos vê-los sendo utilizados em pesquisas científicas além de abates nominados “humanitários”.⁷³

A segunda vertente pertence a chamada “abolicionista”, sustentada por Tom Regan, propõe uma libertação dos animais não-humanos para qualquer fim. Considerando seus direitos subjetivos e ainda por serem “sujeitos-de-uma-vida” eles

⁷⁰ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 84.

⁷¹ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 205.

⁷² NACONECY, Carlos. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. *In: Revista brasileira de direito animal*. Salvador-BA, vol. 4, n. 5, p. 235-267, Jan./Dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10633/7678>. Acesso em: 03 abr. 2022. p. 239.

⁷³ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 205.

também possuem direito de experimentar a experiência de viver, deixando de ser considerados instrumentos ou objetos de mercadoria.⁷⁴

Conforme define o autor Heron Santana perante a dificuldade em enquadrar os animais como sujeitos de direitos e terem sua liberdade não sacrificada:

O problema não consiste em saber se os animais podem ou não ser sujeitos de direito ou ter capacidade de exercício, mas de concedê-los ou não direitos fundamentais básicos, como a vida, a igualdade, a liberdade e até mesmo propriedade ⁷⁵

Ainda, entre as posições anteriormente apresentadas, foi fundada uma nova vertente por Gary Francione, denominada de “Novo Bem-Estarismo”⁷⁶. A teoria defende as leis de bem-estar animal a curto prazo adotando-as como estratégia para alcançar a abolição animal a longo prazo.⁷⁷

O presente capítulo abordará as contribuições realizada pelos escritores e ativistas Singer, Regan e Francione, por serem inspiração no embasamento da ética animal, com argumentos claros e estruturados, conforme se trata nas seções seguintes:

3.1 PETER SINGER: ÉTICA UTILITARISTA E A REDEFINIÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Durante o século XX, retornou-se o movimento titulado em defesa da liberdade e da igualdade para os animais na Inglaterra, instituindo novos debates e principalmente críticas contra o termo especismo, vertente que submete os animais a todo e qualquer interesse do ser humano, expressão criada pelo pioneiro da libertação animal, Richard D. Ryder.⁷⁸

⁷⁴ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 206.

⁷⁵ GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. Salvador: Evolução, 2008. p. 106.

⁷⁶ NACONECY, Carlos. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. In: **Revista brasileira de direito animal**. Salvador-BA, vol. 4, n. 5, p. 235-267, Jan./Dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10633/7678>. Acesso em: 03 abr. 2022. p. 237-239.

⁷⁷ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 86.

⁷⁸ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 78

Com o retorno do movimento, muitas obras foram escritas desencadeando a filosofia pela abolição do especismo. O ativista Peter Singer ao ser marcado profundamente pela leitura impactante de uma obra que versava a temática do movimento, inspirou-se a escrever o livro titulado “*Animal Liberation*”,⁷⁹ publicado originalmente em 1975.⁸⁰ A obra ganhou destaque desde a sua publicação, por popularizar o termo especismo e ainda expor ao público a triste realidade da indústria animal, dos testes e das pesquisas. Peter Singer, ficou reconhecido como o fundador filosófico e o mais influente defensor das preocupações éticas contemporâneas em favor dos animais.⁸¹

Singer possui uma filosofia com a teoria fundante no utilitarismo, portanto, pugna pela “igual consideração de interesses semelhantes”, quebrando as diferenças entre espécies biológicas, e trazendo destaque à senciência, enfatizando a capacidade dos não-humanos em sentir dor, sofrer e seu interesse em não sofrer.⁸² Portanto, é por isso que sua vertente confronta o especismo, visto que a atitude especista considera apenas o bem dos seres humanos, e não dos animais a eles submetidos, não considerando a sua capacidade de sentir dor e sofrimentos.⁸³

O princípio de igual consideração de interesses, tem de ser aplicado aos animais como aos seres humanos, dando prioridade aos interesses mais fortes e tratamento igual para interesses de mesma força.⁸⁴

Essa igualdade implica que os interesses de cada ser afetado por alguma ação devem ser levados em consideração e receber o mesmo peso que os interesses semelhantes de outro ser, independente das aparências ou das capacidades que possam ter.⁸⁵

⁷⁹ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 79

⁸⁰ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: *Animal liberation*. p. 03-05.

⁸¹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 174.

⁸² CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 19.

⁸³ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 108.

⁸⁴ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 173.

⁸⁵ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: *Animal liberation*. p. 9.

Singer ao falar sobre sua vertente, destaca a senciência como um pré-requisito para se ter interesse⁸⁶, logo, se um animal tem interesse supõe-se que ele se importa com o que acontece, conseqüentemente prefere não sofrer ou não reduzir seu bem-estar.⁸⁷ Por essa razão, evita-se causar sofrimento ao porco com o mesmo cuidado ao evitar sofrimento de uma pessoa.⁸⁸

Na filosofia de Singer, o limite da senciência (capacidade de sofrer e/ou experimentar prazer) é a única fronteira defensável de preocupação com os interesses alheios⁸⁹, conforme o autor ainda complementa:

Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser; o princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado da mesma maneira como o são os sofrimentos semelhantes - na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas - de qualquer outro ser. Caso um ser não seja capaz de sofrer, de sentir prazer ou felicidade, nada há a ser levado em conta.⁹⁰

Como o princípio da igual consideração de interesses semelhantes exige igualdade na consideração dos interesses e não do sujeito que é detentor dos interesses, é possível estendê-lo aos animais não-humanos.⁹¹

Como seres sencientes, os animais possuem capacidade de sofrer e/ou experimentar prazer e, seguindo o princípio, não há justificativa moral para não levar em consideração seu sofrimento, visto que, deve ser considerado da mesma maneira como são os sofrimentos semelhantes.⁹²

Importante destacar que o sofrimento animal possui o mesmo peso que o sofrimento de uma espécie humana, dentro das possíveis comparações.⁹³ Portanto,

⁸⁶ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 173.

⁸⁷ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 173.

⁸⁸ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 175.

⁸⁹ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 14.

⁹⁰ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 14.

⁹¹ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 26.

⁹² SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 14.

⁹³ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 34.

Singer reporta-se à ideia de Jeremy Bentham de que o problema não está em saber se os animais podem raciocinar, mas sim se podem sofrer.⁹⁴

A conseqüente dor pode ser descrita como um:

estado de consciência, um "evento mental" e, como tal, não pode ser observado. Comportamentos como contorções, gritos ou o afastar da mão de um cigarro aceso não constituem a dor em si. Tampouco a constituem os registros que um neurologista possa fazer quando observa a atividade cerebral resultante da dor. A dor é algo que sentimos, e podemos tão somente inferir que outros a estejam sentindo a partir da observação de vários sinais externos.⁹⁵

Portanto, os animais são capazes de sentir dor,⁹⁶ podendo ser observado esse sentimento em analogia à demonstração de dor de outros seres, verificando os seus sinais comportamentais externos⁹⁷, quais sejam:

Contorções, contrações do rosto, gemidos, ganidos ou outras formas de apelos, tentativas de evitar a fonte da dor, demonstrações de medo diante da perspectiva de repetição e assim por diante. Além disso, sabemos que esses animais possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos nossos, que respondem fisiologicamente como os nossos, quando se encontram em circunstâncias em que sentiríamos dor: elevação inicial da pressão sanguínea, pupilas dilatadas, transpiração, aceleração do pulso e, se o estímulo continuar, queda da pressão sanguínea.⁹⁸

Dessa forma, quase todos os sinais que nos levam a observar a dor em seres humanos podem e devem ser observados em outras espécies,⁹⁹ visto que:

Sabemos, por experiência própria, que as explicações para nosso comportamento que não se referissem à consciência e à sensação de dor seriam incompletas; e é mais simples supor que o comportamento de animais com sistemas nervosos semelhantes deva ser explicado da mesma maneira.

⁹⁴ BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 6

⁹⁵ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 17.

⁹⁶ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 24.

⁹⁷ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 17.

⁹⁸ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 18

⁹⁹ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 18

É desnecessário inventar outro motivo para esse comportamento ou para essa suposta divergência entre humanos e não humanos.¹⁰⁰

A dor de um animal, não implica em seu igual tratamento dispensado aos seres humanos, visto que, até dentro da espécie humana existem traços distintivos, isso não seria diferente entre outras espécies. Essas diferenças devem dar origem a divergências entre os direitos de cada espécie. Por exemplo, o direito de voto não se estende aos animais, uma vez que não são capazes de tomar escolhas racionais sobre o futuro quanto os homens. Por oportuno, é notório que o reconhecimento desse fato não impede os argumentos em defesa do princípio da igual consideração de interesses semelhantes, considerando que o princípio não implica em tratamentos igual ou idênticos, mas sim consideração, conforme complementa Singer: “igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos”.¹⁰¹

As dissemelhanças entre os seres humanos e os animais marca a vertente da filosofia de Peter Singer em um outro aspecto, que é o principal centro das objeções de seus críticos: o valor da vida e a questão da morte.¹⁰² Para Singer, dor é dor, independente das demais capacidades que o ser tenha, além de sofrer. Contudo, existe uma diferença entre infligir a dor e tirar a vida, já que levar à morte cumpre relevar elementos como a autoconsciência, capacidade de pensar, de planejar o futuro, ter esperanças e aspirações. Portanto, o mal da dor, não é afetado pelas característica do ser que a sente, mas o valor da vida sim.¹⁰³

Observando a divergência entre considerar as características do ser, ao submetê-lo em dor ou morte, Singer afirma que:

Tirar a vida de um ser sem esperanças, planos e esforços para alcançar objetivos futuros é privá-lo de realizar todos esses esforços; tirar a vida de um ser com capacidade mental abaixo do nível necessário para perceber como um ser com um futuro pela frente - e menos ainda para fazer planos para esse futuro - não pode envolver esse tipo específico de privação.¹⁰⁴

¹⁰⁰ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 19

¹⁰¹ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 04-05.

¹⁰² SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 92.

¹⁰³ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 32.

¹⁰⁴ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 32-33.

Portanto, a diferença decisiva é estabelecida entre aqueles que dispõem de autoconsciência, autonomia e racionalidade, embora as dores e sofrimentos sejam avaliados no mesmo peso, a questão de sua eliminação física introduz alguma diferença.¹⁰⁵ Conforme complementa Luiz Paulo Roaunet e Maria Cecília M. de Carvalho:

Matar uma "pessoa" há de pesar mais do que tirar a vida de um ser vivo dotado apenas de senciência ou consciência, uma vez que somente a morte de uma pessoa frustra suas preferências com relação ao futuro e viola sua autonomia. Importante é que Singer considera "pessoas" não apenas indivíduos da espécie *Homo sapiens*: não humanos podem possuir as características denotadoras de "pessoa", por outro lado, existem seres humanos que não as possuem ainda ou não mais as possuem, não sendo, portanto, pessoas, por serem portadoras apenas de consciência, mas não de autoconsciência (SINGER, 1984, p. 96 ss). Se a vida de um animal que é apenas senciente não tem o mesmo valor que a de uma pessoa, isso não significa que se tenha liberdade para eliminar sua vida. Muitas vezes não se sabe se um animal é ou não pessoa. Isso posto, Singer recomenda que nesses casos se dê a ele o benefício da dúvida (SINGER, 1984, p. 127)

Seguindo a linha de pensamento de Singer, em uma situação de risco em que é necessário optar entre a vida de um ser humano ou de um animal, deve optar-se por salvar a vida do ser humano. Essa escolha não é baseada no pertencimento ou não a uma determinada espécie, mas sim nas características dos seres envolvidos no cenário.¹⁰⁶

O igualitarismo proposto por Singer, gerou reiteradas críticas, como, a que considera que o utilitarismo e o igualitarismo não seriam compatíveis.¹⁰⁷ Essa concepção é fortemente questionada pelos críticos de Singer, principalmente por autores que se baseiam em preceitos deontológicos, conforme será exposto na próxima seção.

3.2 TOM REGAN: SUJEITOS-DE-UMA-VIDA

Tom Regan é um filósofo norte-americano, considerado um dos maiores nomes na causa animal, tendo apresentado sua teoria no livro, *The case for Animal Rights*,

¹⁰⁵ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 20.

¹⁰⁶ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: *Animal liberation*. p. 33.

¹⁰⁷ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 20.

publicado no ano de 1983, sendo um marco na filosofia moral por oferecer uma vertente que proporciona direitos morais aos animais não-humanos.¹⁰⁸ Regan, apresenta um fundamento deontológico¹⁰⁹, já Singer, por ser um utilitarista, parte de um fundamento teleológico.^{110 111}

As suas críticas voltadas a teoria de Singer focam em três aspectos, quais sejam: o consequencialismo, agregacionismo e patocentrismo, os quais demonstram que o utilitarismo é visto como frágil para garantir o respeito aos animais, conforme explica Luiz Paulo Roaunet e Maria Cecília M. de Carvalho:

O consequencialismo torna a teoria vulnerável aos resultados ou consequências de uma ação ou prática. Assim, determinados usos de animais podem, em princípio, ter um saldo líquido positivo que os legitimaria: uma ação que fosse deletéria para os animais, mas que acarretasse benefícios aos humanos estaria moralmente legitimada, o que Regan reprovaria terminantemente, mesmo na ausência de alternativas de ação. O agregacionismo, na medida em que recomenda a busca do maior saldo líquido de satisfação de preferências/interesses, negligenciaria o valor devido aos indivíduos, portadores de interesses ou preferências. Assim, uma teoria utilitarista poderia, eventualmente, sancionar o sacrifício de indivíduos. A violação de direitos individuais poderia ser não apenas tolerada, mas justificada, se esse fosse o preço a ser pago para maximizar a satisfação de preferências, o que para Regan seria inaceitável (REGAN, 1983, p. 69). Por fim, o patocentrismo, ou seja, o foco no sofrimento, também seria uma limitação de sua teoria, pois, se a maior afronta moral que se pode fazer a um animal consiste em infligir-lhe dores ou sofrimento, então nada haveria de mal em matá-lo, desde que sob anestesia. O próprio ato de matar animais, ainda que sencientes, não conhece proibição categórica na perspectiva utilitarista.¹¹²

¹⁰⁸ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais: um guia de argumentação filosófica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 174.

¹⁰⁹ “Além da deontologia ser conhecida como tratado ou conjunto de deveres e da moral, também pode ser compreendida como ciência do dever e da obrigação, termo este que está interligado intrinsecamente com a filosofia, a ética e a moral, tendo como fim, modelar o exercício de determinados grupos de profissionais.” (FERREIRA, Tiago. **A deontologia jurídica e a sua aplicação no âmbito do direito moderno**. Jurídico Certo - Bahia, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/tiago-ferreira/artigos/a-deontologia-juridica-e-a-sua-aplicacao-no-ambito-do-direito-moderno-4268>. Acesso em: 27 abr. 2022.)

¹¹⁰ “A interpretação lógica ou teleológica consiste na indagação da vontade ou interpretação gramatical. O método teleológico fundamentado na análise da finalidade da regra, no seu objetivo social, faz-se seu espírito prevalecer sobre sua letra, ainda que sacrificado o sentido terminológico das palavras” (AMORIM, Alexander Sales. **Ciência do direito, a interpretação normativa como a quarta dimensão do direito**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5444, 28 mai. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66484/ciencia-do-direito-a-interpretacao-normativa-como-a-quarta-dimensao-do-direito>. Acesso em: 2 mai. 2022.)

¹¹¹ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 94.

¹¹² CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 21-22.

A teoria dos direitos animais de Regan é definido pelo autor como sendo uma “uma ideia simples porque, no nível mais básico, significa apenas que os animais têm o direito de serem tratados com respeito”¹¹³

Para avançar em seus estudos acerca do direito dos animais, Regan percebeu que precisaria estudar primeiramente sobre os direitos humanos, dessa forma poderia falar com maior seguridade sobre a temática animal.¹¹⁴

Para Regan, possuir direitos humanos é como ter um tipo de proteção análoga à um sinal invisível que diz “entrada proibida”. Mas o que esse sinal proíbe? Primeiramente, que os outros não são moralmente livres para causar o mal ao próximo, logo, não podem tirar suas vidas ou ferir seus corpos. Segundo, que os outros não são moralmente livres para limitarem as escolhas de seu próximo. Em ambos os casos, a “entrada proibida”, busca proteger os maiores bens do ser humano: a vida, o corpo e liberdade.¹¹⁵

Quando se trata de direitos humanos, os fins não justificam os meios, pois seu peso moral é superior a outros valores humanos importantes¹¹⁶, eles contribuem para a igualdade, todos possuem essa proteção, independente das diferenças¹¹⁷, conforme explica Singer:

Nossos direitos morais são os mesmos, independentemente das nossas muitas diferenças. Eles servem para proteger nossos bens mais importantes: nossas vidas, nossos corpos e nossa liberdade. Além disso, a proteção que eles oferecem não é pouca: é muita.¹¹⁸

Para Regan, os animais, assim como os seres humanos, não são considerados agentes morais, mas sim, pacientes morais, por estarem expostos às consequências

¹¹³ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 12.

¹¹⁴ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 41.

¹¹⁵ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 47.

¹¹⁶ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 48-52.

¹¹⁷ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 48.

¹¹⁸ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 52.

do modo que a ação humana se relaciona com eles. Todos os pacientes são membros da comunidade moral, independente da sua capacidade de interação com os outros, contudo, levam em conta a sua moralidade. A sua capacidade reduzida não justifica sua exclusão, mas sim, uma razão a mais para lhes conferir a proteção moral.¹¹⁹

Através de uma análise biológica, os humanos se tornam seres diferentes um dos outros, apesar disso, todos são iguais diante dos direitos que possuem, protegendo sua vida, integridade física e liberdade. Sendo assim, quaisquer que sejam as diferenças, as semelhanças entre os humanos são relevadas voltando para a importância de qualidade e à duração da vida.

Como não há um termo comum para essa família de semelhanças, Regan criou a expressão sujeito-de-uma-vida. A condição de ser sujeito-de-uma-vida é o que torna todos os seres humanos moralmente iguais e que explica o porquê de seres humanos possuírem direitos morais básicos.¹²⁰

O estudo de Regan acerca dos direitos humanos, sustenta a causa dos direitos animais, esse movimento é fundamentado na mesma base moral que dos humanos.¹²¹ Em sua vertente, conforme exposto anteriormente, os animais têm o direito de serem tratados com respeito.¹²² “Quando falamos a linguagem dos direitos, estamos exigindo algo, e o que estamos exigindo é justiça, não generosidade; respeito, não favor”.¹²³

O ativista aponta que a sensibilidade dos animais, é apenas uma característica que possuem para serem portadores de direitos, defendendo a eliminação total do uso de animais pela humanidade. A sua vertente confronta a posição utilitarista ao considerar que o que está errado não é sofrimento infligido aos animais, pois isso é

¹¹⁹ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 23.

¹²⁰ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 60-62.

¹²¹ REGAN, Tom. A causa dos direitos dos animais. *In*: **Revista Brasileira de Direito Animal**. SalvadorBA, vol. 8, n. 12, p. 17-38, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8385/6003>. Acesso em: 20 out. 2018. p. 35-36.

¹²² REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights p. 12.

¹²³ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 52.

só um erro moral, o que está fundamentalmente errado é o sistema inteiro, e não seus pequenos detalhes.¹²⁴

Não basta propor que os animais sejam usados com um tratamento humanitário, visto que isso não se corrige nem elimina o erro moral básico, “não se mudam instituições injustas apenas limpando-as do sofrimento desnecessário”¹²⁵. Em sua vertente, Regan não admite o uso de animais apenas intitulando um bem-estar, ele denuncia o próprio uso:

Os outros animais que os humanos comem, usam em ciência, caçam, capturam e exploram de diversas maneiras têm uma vida própria, que é importante para eles, à parte da sua utilidade para nós. Eles não apenas estão no mundo; eles são conscientes dele. O que ocorre com eles importa a eles. Cada um tem uma vida, que se passa melhor ou pior para aquele cuja vida é assim. Essa vida inclui uma variedade de necessidades biológicas, individuais e sociais. A satisfação dessas necessidades é uma fonte de prazer; sua frustração ou contrariedade, uma fonte de dor. Nesses modos fundamentais, os animais não humanos em laboratórios ou fazendas, por exemplo, são iguais aos seres humanos. É por isso que a ética de nossas relações com eles, e entre eles, deve reconhecer os mesmos princípios morais fundamentais. No nível mais profundo, a ética humana é fundada no valor independente do indivíduo: o valor moral de qualquer ser humano não pode ser mensurado por quão útil essa pessoa é na promoção do interesse de outro ser humano.¹²⁶

Conforme o autor propõe acima, tratar seres humanos sem honrar seu valor é violar o direito humano básico: direito de cada pessoa ser tratada com respeito. A filosofia animal exige a mesma lógica perante os direitos dos animais. Ainda, Regan expõe que:

Uma vez que essa verdade seja reconhecida, torna-se fácil entender por que a filosofia dos direitos dos animais está descompromissada em responder a cada injustiça que os animais sofrem. Não são gaiolas maiores ou mais limpas que a justiça exige no caso dos animais usados em ciência, por exemplo, mas gaiolas vazias: não uma pecuária "tradicional", mas a extinção completa de todo comércio da carne de animais mortos; não a captura ou caça "mais humanitária", mas a total erradicação dessas práticas bárbaras. Quando uma injustiça é absoluta, deve-se se opor a ela absolutamente. Não foi uma escravidão "reformada" que a justiça exigiu, nem um trabalho infantil "reformado", nem uma submissão "reformada" da mulher. Em cada um desses casos, a abolição foi a única resposta moral. Simplesmente reformar a injustiça é prolongar a injustiça. A filosofia dos direitos dos animais exige essa mesma refutação - a abolição - em resposta à exploração injusta de

¹²⁴ NACONEY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 179.

¹²⁵ NACONEY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 180.

¹²⁶ REGAN *apud* NACONEY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 180.

outros animais. Não são os detalhes da exploração injusta que devem ser mudados. É a exploração injusta mesma que deve acabar, quer na fazenda, no laboratório ou na natureza, por exemplo.¹²⁷

O que está sendo elucidado é que em uma situação dada como injusta outra semelhante à primeira, também deve ser injusta.¹²⁸

Há um foco estratégico que tenta conciliar a visão da abolição total com o incremento de bem-estar dos animais, onde “gaiolas melhores a curto prazo acabarão por conduzir a gaiolas vazias a longo prazo”. Essa estratégia é adotada por certos ativistas e Organizações não Governamentais (ONGS), que defendam a causa animal. Porém, Regan recusa isso, afirmando que “os riscos são moralmente transferíveis àqueles que não escolheram voluntariamente assumi-los”, logo, os animais são coagidos, violando seus direitos, para participarem de experiência.¹²⁹

Sendo sujeitos-de-uma-vida, os animais (pelo menos alguns deles) possuem um valor inerente que independe da sua utilidade a outros indivíduos ou das suas preferências, e são dignos de proteção e respeito de forma direta.¹³⁰

O ativista, defende que todos os mamíferos e aves são sujeitos-de-uma-vida e possuem valor inerente, o que lhes atribui direitos. No entanto, Regan não fala das condições dos demais animais, tendo em vista que limitou suas conclusões com casos menos controversos.¹³¹

Apesar da teoria dos direitos dos animais de Regan possuir alguns impasses, é importante reconhecer que a ideia de definir seres humanos e caracterizando-os como sujeitos-de-uma-vida, dotá-los igualmente de um valor que permanece o mesmo independente de sua utilidade perante terceiros, representa um marco na defesa dos animais não-humanos.¹³²

¹²⁷ REGAN *apud* NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 180.

¹²⁸ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 181.

¹²⁹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 182.

¹³⁰ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 100.

¹³¹ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 74.

¹³² SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 100.

Muitos opositores acham que os direitos animais são uma ideia extremista, porém Regan argumenta que os defensores dos direitos dos animais acreditam que haja limites morais para o que pode ser feito em nome da libertação animal. Difere, assim, de uma noção de extremismo na qual tudo pode ser feito para conquistar determinados fins.¹³³

O estudo filosófico de Tom Rogan abordou a temática dos direitos animais buscando fazer justiça, o que é uma necessidade. Mesmo diante das controversas seu estudo leva a solidificar a semelhança entre os direitos humanos e dos animais, servindo como fundamento e completando um ao outro.

Além de Tom Regan, o ativista Gary Francione também possui sua vertente voltada a base deontológica, que formula sua teoria em defesa aos animais. Os argumentos de Francione são marcados pela necessidade de reformulação do status do animal, principalmente em relação ao proprietário *versus* propriedade entre humanos e animais, o qual será apresentada na próxima seção.

3.3 GARY FRANCIONE: O DIREITO DE NÃO SER TRATADO COMO PROPRIEDADE

Gary Francione é um filósofo norte-americano, que possui como sua principal obra a “*Introdução aos Direito Animais: seu filho ou o cachorro?*”¹³⁴. Nela buscou a continuidade do debate apresentado por Tom Regan, que versa sobre os direitos dos animais, apoiando-se na senciência de animais não-humanos e na abolição da exploração animal. A proposta de Francione sustenta que os animais estão caracterizados como propriedade, o que significa que eles não passam de meramente coisas, mesmo diante de leis que supostamente os protegem.¹³⁵

Francione utiliza como ponto de partida para explorar o tema indagando-se se há uma sabedoria convencional que regulamente o *status* dos animais não-humanos.

¹³³ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 12-13.

¹³⁴ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Tradução de Regina Rheda. Campinas: Unicamp, 2013. Título original: Introduction to animal rights: your child or the dog?

¹³⁵ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 20.

Para tanto, elenca duas intuições morais, que envolvem o conceito de necessidade, em que a maioria das pessoas concordariam. A primeira afirma que em uma situação de necessidade e conflito “podemos preferir os humanos” aos animais, logo, através da intuição moral é preferível salvar um humano do que um animal. Já a segunda intuição demonstra que “é errado infligir sofrimento desnecessário aos animais”, visto que os animais são sencientes, sendo assim, têm interesse moralmente significativo, em evitar dor e sofrimento, portanto, torna-se errado infligir sofrimento desnecessário aos animais.¹³⁶

Essas duas intuições estão presentes na cultura humana desde o século XIX, tendo sido reconhecidas e representadas como um princípio do tratamento humanitário, que sustenta, que é possível dar preferência aos interesses humanos aos dos animais, mas desde que seja uma escolha necessária, evitando infligir sofrimento desnecessário.¹³⁷

O princípio do tratamento humanitário é não somente uma norma moral, mas também uma norma legal: as leis do bem-estar animal professam que estamos proibidos de infligir sofrimento desnecessário aos animais. Além disso, nossa razão para proibir o sofrimento animal desnecessário assenta-se não apenas no fato de que infligir tal sofrimento nos fará agir com menos bondade com outros humanos, mas no de que acreditamos que isso seja um mal para os próprios animais.¹³⁸

Contudo, do ponto de vista dos seres humanos qualquer ação utilizando animais, e satisfazendo o seu interesse é considerada necessária e justificável. Como não há nenhum critério para limitar as necessidades, o conceito permite que quaisquer ações sejam vistas como necessárias.¹³⁹ Diante disso, complementa Francione:

[...] o fato é que a grande maioria dos usos que fazemos dos animais somente pode ser justificada pelo hábito, a convenção, o divertimento, a conveniência ou o prazer. Em outras palavras, a maioria do sofrimento que impomos aos animais é completamente desnecessária, seja qual for a nossa interpretação dessa noção. Por exemplo, os usos de animais no entretenimento, como em Filmes, circos, rodeios e caça esportiva, não podem, por definição, ser considerados necessários. No entanto, essas atividades são todas protegidas por leis que supostamente proíbem a infligência de sofrimento desnecessário aos animais. Certamente não é necessário vestirmos casacos de pele, ou

¹³⁶ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 24-25.

¹³⁷ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 25.

¹³⁸ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 25-26.

¹³⁹ SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 102.

utilizarmos animais para testar produtos de uso doméstico duplicados, ou termos ainda outra marca de batom ou loção pós-barba.¹⁴⁰

Francione constata que o convívio da sociedade diante do uso e análise moral sobre o animal, sofre um tipo de “esquizofrenia moral”¹⁴¹, posto que, alegam levar os animais a sério, considerando-os como seres que possuem interesses moralmente significativos, porém, de outro lado, ignoram tais interesses¹⁴² e o utilizam como produto alimentar, esportivo, de diversão, educação e moda, contradizendo totalmente com essa afirmação.¹⁴³ O ativista analisa esse cenário diante de uma observação feita na sociedade americana, onde visualizou os seguintes dados:

Mais de 50% dos americanos acreditam que é errado matar animais para fazer casacos de pele ou caçá-los por esporte! Quase 50% consideram os animais "exatamente como os humanos sob todos os aspectos importantes". Acima de 50% vivem com gatos ou cachorros, e aproximadamente 90% dessas pessoas consideram seus animais de estimação como membros de suas famílias e se arriscariam a se machucar ou morrer para salvar a vida de seu pet.¹⁴⁴

O termo “esquizofrenia moral” não possui um conceito detalhado por Francione, contudo, é uma expressão frequente em muitas de suas obras, em que traz a ideia de uma contradição e incoerência entre os discursos e práticas que envolvam a condição animal. Ainda, o autor esclarece que a expressão está diretamente relacionada a condição de propriedade imposta aos animais.¹⁴⁵

O principal motivo da controvérsia que a sociedade impõe diante do que dizem sobre os animais e a forma que realmente o tratam, é o seu *status* como propriedade. Os animais são idealizados como mercadora, e a condição de propriedade que possuem, torna completamente incoerente o princípio do tratamento humanitário ou as leis do bem-estar animal, visto que o que desequilibra são os interesses dos

¹⁴⁰ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. p. 26.

¹⁴¹ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 23.

¹⁴² CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 24.

¹⁴³ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 23.

¹⁴⁴ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 21.

¹⁴⁵ FRANCIONE *apud* SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 105.

proprietários contra os interesses da sua propriedade animal.¹⁴⁶ Conceituar os animais como propriedade do ser humano significa que eles são meras coisas que os humanos possuem, mercadoria com valor atribuído pelo proprietário, corporação ou governo.¹⁴⁷

Buscando ressignificar o *status* moral dos animais, Francione propõe como a cura da “esquizofrenia moral” a aplicação do princípio da igual consideração aos interesses dos animais em não sofrer. Aplicar essa ideologia não traz consigo a obrigação de tratar os animais do mesmo modo, mas, sim que seja aceito que os animais possuem interesse moral significativo em não sofrer, logo, sendo necessário infligir qualquer sofrimento, deve-se justificar.¹⁴⁸ Conforme completa Gary Francione:

Para colocar a questão em termos simples, devemos tratar casos semelhantes semelhantemente. Embora possa haver muitas diferenças entre os humanos e os animais, há pelo menos uma semelhança muito importante que todos já reconhecemos: a capacidade de sofrer que todos compartilhamos.¹⁴⁹

O princípio da igual consideração de interesses impele um tratamento igual de todos os casos semelhantes, mas, tendo uma boa razão que não se deva aplicar o mesmo tratamento, será possível.¹⁵⁰ Analisando a aplicação do princípio aos animais não-humanos, visando os interesses dos animais e dos humanos, Francione afirma que na realidade não ocorre nenhum equilíbrio verdadeiro, mesmo que possuem aspectos semelhantes, como, de serem seres sencientes, e portanto, terem o interesse semelhante em não sofrer.¹⁵¹ Ainda, o autor complementa:

No nosso ato de equilibrar, nunca um interesse animal é considerado semelhante ou superior a algum interesse humano. Mesmo quando os animais têm interesses significativos em não sofrer, e os humanos têm somente o interesse em se divertir, os animais saem perdendo porque seu status de propriedade é sempre uma boa razão para desrespeitar seu interesse em não sofrer.¹⁵²

¹⁴⁶ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 21.

¹⁴⁷ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 117.

¹⁴⁸ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 159.

¹⁴⁹ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 160.

¹⁵⁰ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 160-161.

¹⁵¹ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 164.

¹⁵² FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 164-165.

Diante disso, o interesse da propriedade quase nunca será julgado semelhante ao interesse de seu proprietário.¹⁵³

A condição de propriedade imposta aos animais limita o reconhecimento dos interesses dos animais, evidenciando apenas os que beneficiem a sua exploração. Portanto, deve haver um comprometimento com a ideia de que, quando os animais e os humanos possuem interesses semelhantes, devem ser tratados de modo semelhante, respeitando o seu interesse em não sofrer, bem como, dispondo o direito básico de não serem tratados como recursos.¹⁵⁴

Tal compromisso é defendido por Francione a partir de uma proposta abolicionista. Muitos criticam que o movimento abolicionista é uma utopia, rejeitando mudanças graduais que possam alterar o *status* dos animais. Ele argumenta que, pode realmente parecer utópico defender a abolição da exploração animal, mas a ação é possível e o movimento trabalha para realizar tal feito atuando individualmente, na adoção do veganismo ético e ainda de forma educacional contribuindo com a necessidade de demonstrar a importância de abolir e não apenas regulamentar a exploração animal.¹⁵⁵

Diante da rejeição das mudanças gradativas, os abolicionistas recusam as propostas de regulamentar a exploração animal visando torná-la mais “humana” ou que reforce o *status* de propriedade. Contudo, buscam propostas que objetivam eliminar paulatinamente o status imposto aos animais a fim de se reconheça que os não-humanos possuem um valor inerente.¹⁵⁶ Conforme complementa:

O abolicionismo de Francione é radical, pois nem sequer aceita que animais possam ter donos. Assim como se considera imoral e injusto que um ser humano seja propriedade de alguém, do mesmo modo o animal enquanto possuído por um terceiro tem o mesmo estatuto de um escravo ou de uma coisa. Trata-se para Francione de um direito elementar, o de não ser

¹⁵³ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 165.

¹⁵⁴ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 178-180.

¹⁵⁵ FRANCIONE, *apud* SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 107-108.

¹⁵⁶ FRANCIONE, *apud* SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico**: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 107-108.

propriedade, sem o que todo esforço para conceder direitos aos animais está fadado ao fracasso.¹⁵⁷

Portanto, para Francione a única forma para levarem a sério os interesses dos animais é atribuindo-lhes o direito de não serem tratados como propriedade humana.¹⁵⁸

A teoria de Francione argumenta pelo fim da condição de propriedade imposta aos animais, argumento que se revela interessante quando analisada a situação dos animais submetidos a exploração na indústria alimentícia, tema que será melhor abordado no capítulo seguinte.

4 EXPLORAÇÃO ANIMAL NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Nos capítulos anteriores analisou-se as razões para o tratamento ético dos animais, contudo, sem analisar como a maioria deles é atualmente tratado. Portanto, nessa seção será mencionado a maneira pela qual as razões éticas são ignoradas no procedimento da exploração animal na indústria alimentícia.

A sociedade classifica o reino animal em três categorias. A primeira é selecionada por animais em que compartilha laços de afeto, sendo eles os animais de estimação, especialmente gatos e cachorros. Em segundo, o ser humano preocupa-se ecologicamente com a preservação de animais selvagens e das espécies aparentemente carismáticas, como os tigres e baleias. Por fim, classifica os demais animais como comestíveis. Conseqüentemente, percebe-se que a maioria dos animais com que o homem se relaciona é morta para lhe servir de alimento.¹⁵⁹

Os animais considerados como alimentos, possuem grande relevância ética, visto que neste instante:

[...] mais de 22 bilhões de animais no mundo inteiro (fora os peixes) estão sendo criados para irem para as nossas mesas (incluindo 1 bilhão de porcos, 1,3 bilhão de cabeças de gado, e 15,4 bilhões de frangos). Neste instante, estão sendo criados também 5 bilhões de galinhas poedeiras e 200 milhões

¹⁵⁷ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 24.

¹⁵⁸ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 23-24.

¹⁵⁹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais: um guia de argumentação filosófica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 203.

de vacas leiteiras. Por ano, 50 bilhões de animais são abatidos para usarmos a carne dos seus corpos (dentre eles, 44,5 bilhões de frangos, 1,1 bilhão de porcos, 280 milhões de cabeças de gado e 500 milhões de ovelhas.¹⁶⁰

As condições sob as quais a criação intensiva de animais para consumo humano, ocorre de maneira cruel e bárbara, submetendo-os a uma vida de miséria, privação, angústia e tédio. Essa exploração desenvolveu-se à forte demanda de “produtos” como: carne, ovos e leite. Portanto, para que gerem bons resultados os animais são extremamente controlados, desde sua alimentação até a sua reprodução, equivalendo a uma escravização, já que nenhum animal se entregaria voluntariamente para passar por essas condições.¹⁶¹

A produção de animal para satisfazer o consumo humano é vista como um cenário de horrores, em que sofrem imensamente nas instalações de criação, confinados e mutilados, antes de serem violentamente abatidos. Em síntese, os animais de criação possuem uma vida curta e sofrida, e isso não é trazido a público,¹⁶² para tanto, a próxima seção abordará sobre as condições dos animais de criação para consumo humano.

4.1 A CONDIÇÃO ANIMAL NA CRIAÇÃO PARA CONSUMO ALIMENTÍCIO

Para fazer uso dos animais é preciso mantê-los aprisionados, condição contrária à sua natureza.¹⁶³

O sistema de criação impede os animais de pastar, se locomover, mover seus membros, deitar e se coçar.¹⁶⁴ As suas condições até o momento de seu abate são de extremo sofrimento, conforme Carlos Naconecy demonstra:

Os porcos, o gado e as aves são mantidos em recintos fechados durante toda sua vida. As porcas reprodutoras e os bezerros em baias, e as galinhas poedeiras em gaiolas carecem de qualquer oportunidade de se exercitarem,

¹⁶⁰ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 203-204.

¹⁶¹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 204.

¹⁶² NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 205.

¹⁶³ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. p. 21

¹⁶⁴ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 205.

o que os leva ao estresse crônico e à degeneração física. O uso de cercados e gaiolas individuais para bezerros, porcos e galinhas impossibilita o contato social do animal com outros da sua espécie. Os filhotes não crescem acompanhados pelos adultos. O confinamento de animais, de um modo geral, impede os animais de seguirem seus instintos, o que os faz sofrer intensa e prolongadamente.¹⁶⁵

Ao serem confinados os animais são privados de viver aos meios naturais que sua espécie necessita. Os meios em que convivem são destinados a implementar o melhor método para uma produção mais rentável à empresa.¹⁶⁶ Para tanto, os animais são submetidos a locais de superlotação, o que lhes provoca estresse, agressão e frustração, devido a serem limitados até em sua expressão de comportamento natural. Ao serem aglomerados e confinados em lotes e/ou recintos fechados, os animais mais vulneráveis ficam impossibilitados de chegar até sua comida e bebedouros, trazendo riscos de desnutrição e desidratação.¹⁶⁷

Em consequência da criação intensiva, os animais são desrespeitados até em seu convívio social, não podendo exercer nem o seu instinto de afeto, uma vez que é ignorado sua relação entre ascendentes e descendentes. Em contrapartida, são mantidos em grupos excessivamente grandes, com animais desconhecidos afetivamente, por conseguinte, se tornam agressivos e tendem a brigar, por se sentirem ameaçados. Pode-se visualizar esse cenário em galinhas que são mantidas em grupos enormes, o que resulta em um estresse crônico, pelo fato das aves não terem possibilidade de formar um grupo social estável. Ainda, é visível a mesma condição aos bezerros e porcas, por serem isolados em baias individuais, causando também o estresse, mas devido à falta de interação social com outros da sua espécie.¹⁶⁸ Pode-se também, identificar um ambiente impróprio aos animais nas seguintes situações:

Porcas reprodutoras em celas de gestação e galinhas poedeiras em gaiolas em baterias não podem construir um ninho. O material que serve de cama para vacas e porcos é inadequado. Porcas em baias sofrem de tédio,

¹⁶⁵ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 205.

¹⁶⁶ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. p. 21

¹⁶⁷ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 205.

¹⁶⁸ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 205-206.

mostrando um comportamento repetitivo estereotipado (como morder as barras de ferro), devido à absoluta falta de enriquecimento ambiental.¹⁶⁹

Ante o exposto, os animais estão sujeitos a agressões, devido aos ambientes superlotados. Com a finalidade de reduzir esse impacto, os produtores passaram a impor um processo de mutilação nos animais, quais sejam:

Os porquinhos frequentemente têm o rabo e os dentes amputados, o gado tem os chifres cortados, e as galinhas, seus bicos. Isso é para reduzir o impacto das agressões mútuas, devido ao ambiente superlotado e desagradável. Bezerros e leitões também são castrados. Essas dolorosas mutilações são, quase sempre, executadas sem anestesia e podem causar dor crônica.¹⁷⁰

As mutilações expostas acima, são comuns enquanto praticadas a animais na indústria alimentícia, porém se alguém arrancasse um dente de cachorro, sem anestesia, muito provavelmente seria denunciado e “cancelado” nas redes sociais, por pessoas supostamente integras com caráter e moral exemplares. Ora, isso é praticado diariamente nas fazendas de produção de porcos, que são tão sociáveis como os cachorros, e até mais inteligentes que eles. A contradição é nítida.¹⁷¹

Para satisfazerem as demandas humanas e serem rentáveis ao produtor, os animais são submetidos a uma dieta imprópria. Muitos deles são forçados a uma alimentação de engorda, para que alcancem rapidamente o tamanho necessário e serem abatidos jovens, contudo, essa prática faz com que seu corpo não suporte esse desenvolvimento avançado, sendo capazes de sofrerem fraturas e ataques cardíacos. Ainda, diante da sua alimentação, os animais são vulneráveis a carência metabólica, carência alimentar crônica, insuficiência de fibras, ferro e demais nutrientes.¹⁷²

Após sofrerem grandes limitações para a sua criação e antes de serem abatidos, os animais são transportados em longas viagens, ficando expostos a exaustão, desidratação e estresse, além de serem submetidos a dores ao se machucarem por serem pisoteados.¹⁷³

¹⁶⁹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 206.

¹⁷⁰ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 206.

¹⁷¹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 206.

¹⁷² NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 206.

¹⁷³ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 207.

Engana-se quem pensa que os animais entregam sua vida voluntariamente. Tampouco que morrem dormindo ou anestesiados. O cenário é totalmente o contrário. Muitos animais ao se destinarem para o local de abate são provocados por grande angústia, provocados por sentimentos de pânico, agitando-se constantemente, por anteciparem o que lhes acontecerá, diante de toda condição que já os cercam:¹⁷⁴

Os animais, ouvindo, vendo e cheirando a morte que os aguarda, tentam inutilmente fugir da área da matança. Em primeiro lugar, gado, porcos e aves são desacordados por meio de atordoamento por percussão/penetração ou corrente elétrica. Esses métodos de insensibilização não são inteiramente confiáveis. Em muitos casos, a velocidade acelerada do processo de abate não permite uma verificação da consciência do animal. Em face disso, os animais, apenas paralisados, podem recobrá-la, sendo degolados, esfolados e esquartejados com seus olhos ainda piscando. Nos matadouros clandestinos (que são quase a metade do total no Brasil), o abate é a marretadas, sendo necessárias várias delas muitas vezes, e, não raro, os animais chegam vivos ao estágio seguinte.¹⁷⁵

Um matadouro é uma fábrica de morte.¹⁷⁶ Ao consumir o produto de origem animal, o ser humano acha que está isento de qualquer exploração, pois não foi ele quem praticou tal ato. Em um lado está certo, é evidente que os consumidores não praticaram a crueldade, mas sim pagaram alguém, logo, está apoiando o trabalho de produtores e indústrias. Se essa indústria está criando e matando animais é porque há consumidores. A responsabilidade desse ciclo é evidente no consumidor final, por participar financeiramente dessa demanda toda vez que compra um pedaço de corpo de um animal morto em um açougue, portanto são considerados cúmplices de uma exploração animal.¹⁷⁷

A escolha alimentar do ser humano está bem distante de situações hipotéticas de necessidade, em que se mataria um animal para sobrevivência. Os animais escolhidos para estarem no prato da sociedade, não respiram ar fresco e não pegam sol, não possuem momentos de contentamento e são separados de seu grupo familiar assim que nascem.¹⁷⁸

¹⁷⁴ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 207.

¹⁷⁵ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 207.

¹⁷⁶ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 211.

¹⁷⁷ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 211.

¹⁷⁸ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 212.

Todo sofrimento aos animais para o consumo humano é desnecessário diante de todo o reino vegetal que é contido no planeta. Portanto, o porco não precisaria estar no prato do ser humano a fim de alimentá-lo, isso é um luxo gastronômico, pois o corpo humano pode facilmente se satisfazer através de uma alimentação a base de vegetais, legumes e grãos.¹⁷⁹

Na próxima seção, se visualizará o princípio ético dentro da exploração animal para consumo humano.

4.2 A ÉTICA NA EXPLORAÇÃO ANIMAL PARA CONSUMO HUMANO

Os animais utilizados para a exploração da indústria alimentícia empregam uma única função: objetos para que os homens alcancem seus fins. “A decisão pessoal sobre o que se vai comer envolve criaturas que são arrancadas de suas famílias, sentem e sofrem, não se trata mais de uma questão de gosto apenas. É uma questão de certo ou errado.”¹⁸⁰ Portanto, ao realizar a sua escolha é necessário levar em conta a Ética.

O consumidor ao ingerir produtos de origem animal não experimenta diretamente o impacto de sua ação e decisão, tendo em vista que, desconhece a realidade da indústria alimentícia, conseqüentemente, não se sente eticamente incorreto.¹⁸¹

Um dos suportes decisivos para a imoralidade da indústria alimentícia consiste em uma estratégia de romantizar a exploração animal, através da linguagem eufemística, chamada por Peter Singer como um amaciamento semântico. Como por exemplo, um “bife” é um eufemismo para um pedaço processado de um cadáver de animal. Ou então, no lugar de comer um músculo amputado das costas de um boi

¹⁷⁹ NACONECY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 212.

¹⁸⁰ NACONECY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 212-213.

¹⁸¹ NACONECY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 213.

morto, alimenta-se de um “filé mignon”.¹⁸² Carlos Naconecy complementa sobre esse método:

Tal estratégia de suavizar palavras e expressões não se restringe a alterar o nome das partes do corpo do animal, dissociando a comida do bicho de que ela foi tirada. Nas estatísticas, frangos e galinhas não fazem parte de “rebanhos”, mas de “estoques”. Em vez de “operação de matança nos frigoríficos”, chamamos “manejo para o abate do gado”. E, para retirar a imagem de morte obviamente associada aos matadouros, eles são chamados de “centrais de processamento”.¹⁸³

O consumidor não quer assumir uma imagem de “assassino” diante de todo cenário horroroso da exploração animal na indústria alimentícia, para tanto, evita situações que podem acarretar em perturbação psicológica, resultando o sentimento de culpa.¹⁸⁴

Conforme, já exposto no capítulo anterior, abolicionistas como Tom Regan e Gary Francione, argumentam frequentemente a capacidade de sofrimento de um animal. Para consumir uma carne, um animal sofreu muito desde o seu nascimento até o abate. Assim como os humanos possuem interesses em preservar costumes alimentares, os seres não humanos têm interesse em viver. “A morte de uns para satisfazer o apetite de outros não pode ser justificada eticamente.”¹⁸⁵

Através das vertentes de Regan e Francione, uma solução ética diante dessa exploração está em abolir todas as práticas de usos de animais, incluindo usá-los como fonte de alimento para o ser humano. Os defensores dos animais argumentam que a prática bem-utilitarista não seria um recurso ético, visto que dessa forma poderia ser explorado os humanos, meramente sencientes, de maneira benigna. Mas, como não é eticamente aceito criar e abater precocemente seres humanos, mesmo benignamente, portanto, não se deve aceitar a mesma prática em animais.¹⁸⁶ As

¹⁸² NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 214.

¹⁸³ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 214.

¹⁸⁴ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 214.

¹⁸⁵ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 108.

¹⁸⁶ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 37.

medidas adotadas para oferecer um “bem-estar” aos animais de produção, visam ao lucro e não o valor em si mesmos.¹⁸⁷

O desafio abolicionista, defendido no capítulo anterior, envolve a consciência em respeitar os animais. Primeiramente, a consciência versa que os animais possuem capacidade e necessidade, sendo assim, sentem dor, prazer, possuem expectativas, emoções, convivência familiar e percepção do mundo ao seu redor. O segundo despertar de consciência dispõe que não há necessidade de matar, aprisionar, mutilar, causar dor e desconforto aos animais, uma vez que, o ser humano não depende do consumo do animal. Já a terceira consciência defendida, é que a sociedade não deve causar sofrimento, danos, e matar desnecessariamente os animais, pois isso é um ato de crueldade.¹⁸⁸

Uma das razões para qual se mata é obter lucro, e para quem consome, torna-se uma posição cômoda para a rotina. Nos dois lados se visa razões econômica, não éticas.¹⁸⁹ Porém, a realidade por detrás do argumento da “facilidade”:

[...] acaba por comprometer todos os cidadãos, a matança dá muito lucro a poucos empresários, e essa é a verdadeira razão pela qual o homem reivindica a si o direito de matar, humanos e animais para obter lucros. De modo algum se dá uma justificativa ética para essa prática, pois ela é injustificável.¹⁹⁰

Em síntese, toda atrocidade cometida contra os animais nas indústrias alimentícias, não acontece apenas para o consumo de carne pelo ser humano, mas também em razão do alto nível de interesse econômico que movem as indústrias.¹⁹¹

O ordenamento jurídico brasileiro conforme analisado no capítulo segundo, considera os animais como objetos¹⁹², no diploma civilista, os animais em seu regime jurídico são classificados como uma propriedade, que possibilita ao proprietário

¹⁸⁷ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 21

¹⁸⁸ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 42.

¹⁸⁹FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 140.

¹⁹⁰ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 140.

¹⁹¹ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 80.

¹⁹² RODRIGUES, Danielle Tetú. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 93.

exercer as faculdades de uso, gozo e disposição de sua propriedade.¹⁹³ Porém, conforme exclama a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, todos têm direitos iguais à vida.¹⁹⁴

É evidente que o Direito Animal brasileiro ainda é jovem, com apenas 30 anos de vida. Porém, como Filosofia, é mais antigo. O dever é de todo animal ser considerado um sujeito de direito, tendo reconhecido e respeitado a sua vida valorosa, bem como, dotado de capacidade para estar em juízo para defendê-los. “O Direito Animal, portanto, aponta para um sonho: vida digna para todos, independentemente da espécie. Participar dessa luta – a luta pelos mais indefesos – não é missão para poucos; deve ser tarefa para todos.”¹⁹⁵

A criação das primeiras leis de proteções aos animais inspirou-se em outros sistemas jurídicos, “é hora do Direito Brasileiro servir de modelos a todos os demais”. A legislação precisa respeitar os animais como seres dotados de vida, sensações e percepções, fazendo valer a Justiça em favor desses seres indefesos e excluídos do sistema, e para essa mudança, necessário um olhar crítico do operador de direito diante da realidade nacional.¹⁹⁶

4.3 CONSUMO DE CARNE E O VEGANISMO

Atualmente, os animais vêm pagando com sua própria vida a irracionalidade do ser humano. O seu consumo exacerbado, gera diversos ataques à fauna, dizimando espécies ou as colocando em processo de extinção.¹⁹⁷

O Brasil possui uma área agrícola com mais de 140 milhões de hectares, sendo considerado um dos maiores produtores de carne no mundo. Com o crescimento do setor pecuário o número de animais criados para consumo só aumenta. A cada dia, no país, os matadouros de grande porte chegam a abater cerca de 1.500 bovinos,

¹⁹³ “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil.)

¹⁹⁴ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 136.

¹⁹⁵ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022. p. 61.

¹⁹⁶ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 138.

¹⁹⁷ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 59.

1.500 suínos e 300.000 frangos. Muitos animais são abatidos com meses de vida, ou por serem improdutivos, logo, são descartados, ou então, para que não desenvolvam musculatura, a fim de agradar a culinária. Esses pequenos animais são destinados aos matadouros sem poder dar um único passo no campo ou então de se exporem ao sol.¹⁹⁸

Os animais possuem uma liberdade limitada que se destina a obtenção de lucro financeiro pelo homem que os consideram como propriedade e mercadoria.¹⁹⁹ Dessa forma a autora Danielle Rodrigues expõe a condição dos animais:

[...] são confinados até o momento do abate, são submetidos a morte dolorosa e lenta, são constrangidos física e psicologicamente para estudos de comportamento, são torturados em tráficos, em laboratórios e em aulas de medicina e veterinária, são forçados, castigados e maltratados em circos e lares, são alvos de descarga da ira e do mau-humor do homem, são machucados, amarrados, queimados vivos, afogados, são submetidos a os tipos de atrocidades, inclusive as inimagináveis.²⁰⁰

Os lucros obtidos pelos frigoríficos resultam em: a) expropriação de grandes áreas desmatadas para serem plantações de grãos aos bilhões de indivíduos produzidos para o abate, b) exclusão da preocupação social e fim da fome pelos humanos, visto que 80% dos grãos produzidos mundialmente são detidos a alimentação animal, c) a destruição da natureza pelos dejetos dos animais mantidos em confinamento em um sistema de exploração animal industrial, sendo descartado em extensões de terras que tornam-se impróprias para cultivo, por contaminar as águas de superfície e ainda os lençóis freáticos.²⁰¹ “O dinheiro que uma pessoa ganha por meio da violação dos direitos de outro ser nunca é razão moral suficiente para que essa pessoa o faça.”²⁰²

Os produtores de animais não expõem a realidade dentro da exploração animal da indústria alimentícia, portanto os consumidores de animais e seus derivados, consideram todas as formas de vida, exceto a sua, como fontes de

¹⁹⁸ LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 74-75.

¹⁹⁹ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 59.

²⁰⁰ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 59.

²⁰¹ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 140.

²⁰² REGAN, Tom. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 151.

nutrientes, por isto, consideram o ato de comer carne um hábito comum e natural, como a atitude de servir-se de um copo com água, ignorando o sofrimento animal pela condenação de viver seus dias confinados em pequenos espaços criados pela engenharia voltada exclusivamente a produção, visando os lucros que o empresário pode auferir com suas atividades.²⁰³ Por conseguinte, as pessoas nunca entenderão completamente a história da carne em seus pratos.²⁰⁴

É necessário compreender que o homem não deve ser o centro da natureza tampouco o final da criação, imprescindível ter a percepção de que o ser humano não encontra-se sozinho na Terra, mas que, assim como todos os demais seres vivos, tem seu lugar e função social no Universo.²⁰⁵

[...] considerar exclusivamente, ou de maneira predominante, o interesse da própria espécie (ou seja, a nossa, humana) como superior ao das demais. Mais do que isso, significa indiferença, ou até mesmo um comportamento deliberadamente cruel, em relação a outras espécies. Esse comportamento tem se repetido ao longo da maior parte da história da humanidade, pouco variando de região para região, com poucas exceções (Índia, por exemplo, onde grande parte da população é vegetariana, por motivos religiosos, culturais e históricos).²⁰⁶

Portanto, a fim de colaborar com o desenvolvimento e futuro do planeta Terra, ideal seria uma ressignificação na relação humana com os animais, o ativista Tom Regan ilustra alguns exemplos de como o mundo vai ter de mudar assim que se aprender a respeitar os animais: “Vamos ter de parar de criá-los por causa de sua carne. Vamos ter de parar de matá-los por causa de sua pele. Vamos ter de parar de treiná-los para que nos divirtam. Vamos ter de parar de usá-los em pesquisas científicas.”²⁰⁷

²⁰³ FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p. 21

²⁰⁴ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 6.

²⁰⁵ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 61

²⁰⁶ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 106.

²⁰⁷ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 12.

Cada exemplo citado segue a mesma lógica moral, ao se tratar de como os humanos exploram os animais e de como o reconhecimento de seus direitos requer uma abolição e não reforma.²⁰⁸ O ativista complementa:

Ser bondoso com os animais não é suficiente. Evitar a crueldade não é suficiente. Independentemente de os explorarmos para nossa alimentação, abrigo, diversão ou aprendizado, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas mais espaçosas.²⁰⁹

Conforme exemplificado, uma das mudanças geradas com o respeito aos animais, seria a transição dos hábitos alimentares humanos, optando por uma alimentação rica em vegetais, eliminando as mortes e a indústria de criação de animais.²¹⁰

Uma opção seria a alimentação vegana, ela é contida com fontes que são ricas em cálcio, ferro, vitaminas, e até mesmo a proteína que pode ser obtida sem a ingestão de carne ou qualquer outro alimento derivado de animais, incluindo leite, queijo e ovos,²¹¹ suprimindo qualquer necessidade nutricional humana, sem submeter os animais a tantos sofrimentos.²¹²

Essa transição, trata-se do compromisso em assumir a responsabilidade do ser humano em isentar, o máximo possível, de crueldade, sendo sem dúvidas, o primeiro passo, cessar de comer animais.²¹³ Quanto a alimentação com base de produtos de origem animal, importante destacar que:

A carne mancha nossas refeições. Por mais que disfarçemos, permanece o fato de que o prato principal nos chegou de um abatedouro encharcado de sangue. Não tratada e não refrigerada, a carne logo se deteriora e exala mau cheiro. Quando a comemos, ela pesa no estômago, bloqueando nossos processos digestivos até que, dias mais tarde lutamos para excretá-la. Quando ingerimos alimentos de origem vegetal, a refeição ganha uma qualidade diferente. Retiramos da terra alimentos prontos para o consumo e

²⁰⁸ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 12.

²⁰⁹ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 12.

²¹⁰ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 57

²¹¹ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights.. 131.

²¹² LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais**. 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 80.

²¹³ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 233.

que não lutam contra nós quando os ingerimos. Sem carne para amortecer nosso palato, experimentamos um prazer adicional com verduras frescas recém-colhidas.²¹⁴

Uma alimentação a base de plantas não ocasiona dor a nenhum ser, considerando que plantas, vegetais, grãos e cereais não são sencientes, portanto incapazes de experienciar a dor. As plantas não possuem um sistema nervoso central, elas não possuem interesses, mas os animais sim.²¹⁵ Ainda, importante analisar que ao se comparar o número total de calorias produzidas por alimentos de origem vegetal com os de origem animal, as plantas se favorecem, além de que, um hectare de brócolis, produz 24 vezes mais ferro do que um hectare utilizado para produzir carne de gado.²¹⁶

O princípio moral visionado pela alimentação é de que causar sofrimento é errado. Ao criar animais para serem servidos de alimentos eles sofrem devido ao seu confinamento, transporte e abate. Os seres humanos são onívoros, por conseguinte, uma vez que os vegetais constituem uma alternativa nutricional válida, é uma perfeita alternativa para não patrocinar a exploração dos animais.²¹⁷

Dessarte, o homem possui total capacidade de escolha de seus hábitos alimentares, podendo agir de forma ética e responsável.²¹⁸ Portanto, uma vez que os hábitos alimentares dos humanos podem ser atendidos sem causar exploração animal, adquirir uma alimentação sem carne e derivados é eticamente correto.²¹⁹

A adoção do veganismo também é defendida pelo ativista Francione, conforme visto no capítulo 3 seção 3.3, ele defende a abolição da exploração dos animais, e para que isso ocorra é necessário atuar individualmente, adotando medidas que excluam qualquer ato que utilize os animais e não apenas regulamentar uma forma humanitária de exploração.²²⁰

²¹⁴ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 261.

²¹⁵ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013. p. 293-294.

²¹⁶ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 243.

²¹⁷ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 233-268.

²¹⁸ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 55

²¹⁹ NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais: um guia de argumentação filosófica**. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 176.

²²⁰ FRANCIONE, apud SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. p. 107-108.

Francione explica que a criação animal destinada a comida, atualmente, é a maior fonte de sofrimento animal no mundo, sendo ela totalmente desnecessária. Ainda, um número crescente de profissionais da saúde afirma que a carne e demais produtos de origem animal são prejudiciais à saúde humana. Ao deixar de matar os animais, conseqüentemente se alimentaria ainda mais humanos, que é a principal preocupação quando se justifica a exploração animal,²²¹ conforme complementa:

Nossa abolição da exploração animal poderia ser a coisa mais eficaz a fazer para salvar o planeta da incontestada devastação ambiental causada pela criação animal e para melhorar nossa própria saúde. E mesmo se não nos importarmos nem um pouco com os animais, e atribuirmos valor moral apenas aos humanos, devemos abolir a criação animal porque ela condena muitos de nossos semelhantes humanos à fome.²²²

Para Francione, a aceitação da importância moral dos interesses dos animais implicaria em uma profunda alteração na condição humana, devendo abolir, e não meramente regular a exploração dos animais, parando de olhá-los como mercadoria para comida, entretenimento, esporte, vestuário e diversos outros produtos.²²³

A análise quanto ao consumo de carne acontece a alguns anos, pode-se visualizar esse pensamento vindo das melhores mentes da história, que também foram tocados pelo assunto:

Charles Darwin reconhecia que os animais não eram qualitativamente diferentes dos humanos e possuíam muitas das características que haviam sido vistas como exclusivamente humanas, mas ele continuou a comê-los. Jeremy Bentham argumentava que os animais tinham interesses moralmente significativos porque podiam sofrer, mas também continuou a comê-los.²²⁴

Abandonar velhos hábitos pode ser difícil, mais isso não é moralmente justificável. É exatamente nas situações em que questões morais e preferências pessoais entram em conflito que se deve analisar com clareza. O argumento de gostar de carne não fundamenta a violação de um princípio moral. Os seres humanos visualizam alguns dos interesses dos animais, porém ignoram no momento que isso os beneficia, mesmo quando é por mero prazer ou conveniência. Francione

²²¹ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 302.

²²² FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 274.

²²³ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 272.

²²⁴ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 303.

complementa que “se levamos a moralidade a sério, temos de encarar o que ela dita: se é errado Simon torturar cães por prazer, então é moralmente errado comermos carne.”²²⁵

Importante destacar que não é possível explorar animais para o consumo humano sem violar os seus direitos, conforme Tom Regan complementa:

A produção animal comercial não é possível sem a violação dos direitos dos animais criados em granjas, incluindo a violação do seu direito à vida. Mais fundamentalmente, a produção animal comercial viola o direito dos animais a serem tratados com respeito. Nunca há justificação para os nossos atos de ferir os corpos, limitar a liberdade ou tirar a vida dos animais por causa do benefício que nós, seres humanos, teremos com isso, mesmo na hipótese de que tenhamos mesmo.²²⁶

Afinal, os interesses menores dos prazeres humanos não podem sacrificar os interesses maiores de viver dos seres vivos.²²⁷

Enquanto não se boicotar o consumo de carne e demais produtos oriundos da exploração animal, cada ser humano contribuirá para a continuidade, a prosperidade e o aumento da indústria e de todas as práticas cruéis utilizadas na criação de animais com fins alimentares.²²⁸

Na sociedade contemporânea, a veneração pelos animais visa tão somente o benefício próprio do homem, que usa todos os recursos naturais e abusa dos seres vivos, contudo, tanto a vida do homem quanto a do animal possuem valor.²²⁹ Os animais nunca deram motivos para serem tratados com tanto desrespeito, desprezo e crueldade.²³⁰

O intuito deste capítulo foi dar sustentação à tese de que a exploração animal diante da indústria alimentícia representa um problema moral, que resulta em sofrimento e restrição à liberdade do animal. Todos os animais são iguais e merecem respeito pelos seus interesses, e a sociedade como consumidor deve apoiar

²²⁵ FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013. p. 303.

²²⁶ REGAN, Tom. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights. p. 126.

²²⁷ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 57.

²²⁸ SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation. p. 236.

²²⁹ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 57.

²³⁰ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 61.

alternativas menos danosas e reduzir o uso de produtos derivado de animais, buscando a única postura moralmente adequada: o fim da exploração animal.²³¹

Muito embora o sistema jurídico tenha dificuldade em reconhecer esses valores, é inabalável a vertente de que os animais precisam possuir direito. Ao se explorar a natureza, explora-se o homem. Não se pode aceitar a atuação do homem como um ser não pensante, sem sentimentos e, como consequência deixa de valorizar as próprias percepções diante do cenário da exploração animal.²³² A autora Danielle Rodrigues complementa que:

Um ponto de vista universal deve formar os juízos éticos, ou seja, é preciso haver uma ética mínima universal. A cultura dos povos como justificativa para a matança e escravidão não serve e não pode mais imperar, pois a liberdade cultural fere, no mínimo, a ética. Deve haver a liberdade de convivência entre os desiguais, entre os seres humanos e outros seres vivos não humanos.²³³

Para conseguir a preservação de vida dos animais, importante constatar a obrigação de uma profunda mudança moral do ser humano, a moldar a consciência e atitudes críticas do homem sobre o frágil equilíbrio da natureza e unicidade da vida.²³⁴

A autora Danielle Rodrigues aprofunda a questão:

O homem, como ser racional, tem a obrigação de proteger os Animais não somente para o bem-estar social e continuidade da vida sobre esse planeta, mas também em razão do direito inerente a cada ser vivo. Inaceitável o argumento de que a vida humana possua valor liderante sobre a de outros seres vivos.²³⁵

A luta pelo fim da exploração animal para consumo alimentício não se trata de somente evitar a morte dos animais, mas sim em dar a oportunidade de nascerem e permanecerem protegidos. O movimento pela abolição de qualquer exploração nos animais visa que os animais tenham os mesmos direitos que requeremos do mundo: a vida, a liberdade, o respeito e o Amor!²³⁶ Para encerrar esse capítulo, faz-se uso

²³¹ CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 43

²³² RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 62-63.

²³³ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 62.

²³⁴ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 63.

²³⁵ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 63.

²³⁶ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 64.

das belas palavras de Danielle Rodrigues: “a gratidão e o sentimento de solidariedade para com os animais devem ser valores relevantes na vida do ser humano.”²³⁷

²³⁷ RODRIGUES, Danielle Tetú. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 58.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal do presente estudo consistia em analisar a condição jurídica dos animais não-humanos utilizados na indústria alimentícia. Ao final do estudo, comprova-se a hipótese de que a atual legislação considera os animais como mera propriedade diante da exploração para consumo alimentício.

Além do objetivo principal, o estudo possuía como um dos seus objetivos específicos, discorrer acerca do desenvolvimento normativo do direito dos animais no Brasil. Demonstrou-se que as condições jurídicas vieram paulatinamente para a história brasileira, iniciando pela Lei municipal de São Paulo que ditava sobre maus-tratos, seguindo por decretos que protegiam animais de espetáculos públicos, caças e outras crueldades.

Não obstante, foi com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que pela primeira vez no país, disposições constitucionais criaram, efetivamente, o Direito Animal no Brasil. Nesse contexto, a nova norma renovou as esperanças na evolução da proteção dos animais, visto que tipificou a proteção à fauna, a fim de evitar a extinção das espécies, bem como, a proibição da crueldade, na maioria das Constituições Estaduais.

Com a análise do ordenamento jurídico brasileiro, constatou-se através do diploma civil em vigência, que os animais são caracterizados como objetos comerciais, protegidos como propriedade privada do homem.

Ainda, dentre seus objetivos específicos, demonstrou-se os fundamentos morais para a proteção dos animais a partir de uma análise das teses de Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione, os três maiores argumentadores pela reformulação da atual condição dos animais.

Singer, possui uma filosofia com a teoria fundante no utilitarismo, portanto, pugna pelo princípio da “igual consideração de interesses semelhantes”, enfatizando que os animais são seres sencientes, portanto, possuem capacidade de sofrer e sentir prazer e, seguindo o princípio, não há justificativa moral para não levar em consideração o seu sofrimento. O segundo ativista analisado, Tom Regan, discorre sua vertente abolicionista sustentando que os animais têm o direito de serem tratados com respeito, sendo sua sensibilidade uma mera característica, defendendo a eliminação total do uso de animais pela humanidade, confrontando a posição utilitarista. Para Regan, os animais são sujeitos-de-uma-vida, portanto, não basta

propor um tratamento humanitário no sistema de exploração animal. Regan, diante da atual situação da indústria alimentícia, defende apenas os mamíferos e aves como sujeitos-de-uma-vida, limitando suas conclusões. Mesmo assim, sua filosofia foi um grande marco ao abolicionismo, por buscar fazer justiça e solidificar a semelhança entre os direitos humanos e dos animais, servindo como fundamento e completando um ao outro.

Por fim, ao analisar Francione, verificou-se que ele deu continuidade ao debate apresentado por Tom Regan, direcionando a sua proposta na vertente de que os animais estão caracterizados como propriedade, não passando de meramente coisas e mercadorias que os humanos possuem, mesmo diante de leis que supostamente os protegem. Para Francione, animais e humanos possuem interesses semelhantes, portando, devem ser respeitados e dispostos de direito básico sem serem tratados como recursos. Sua vertente abolicionista traz como ideia um movimento individual para mudanças graduais que alterem o *status* dos animais, como por exemplo, adotando um estilo de vida voltado ao veganismo.

Ademais, o estudo procurou, dentre os seus objetivos específicos, apresentar a realidade da exploração animal na indústria alimentícia, verificando se as razões éticas e jurídicas são consideradas durante o procedimento de criação animal para consumo humano.

Considerando essa concepção, iniciou-se apresentando a condição física dos animais criados para consumo. Demonstrou-se que durante o sistema de criação, os animais sofrem ao serem submetidos a locais de superlotação, com falta de convívio social, impostos a procedimentos de mutilações, com dietas impróprias, além de serem totalmente limitados em transportes que os levam até os abatedouros. A decisão de patrocinar ou não essa assustadora exploração animal, depende da escolha ética individual. Através do estudo das vertentes abolicionistas, citadas anteriormente, uma solução ética identificada para a mudança desse cenário, está no despertar de consciência do ser humano. Ao passar a respeitar os animais como seres com capacidades de interesses semelhantes, conseqüentemente ocorrerá a abolição de qualquer exploração animal da indústria alimentícia, a qual demonstra-se eticamente incorreta, uma vez que, o ser humano não se encontra superior as demais espécies e ainda, por não depender de produtos de origem animal.

Dessa forma, ao observar a criação dos animais, explanou-se sobre o atual consumo exacerbado de “produtos” de origem animal. Identificou-se que o principal

objetivo de sustentar a exploração animal da indústria alimentícia é a obtenção do lucro financeiro pelo homem, motivado por acreditar ocupar o centro da natureza. A fim de colaborar com o desenvolvimento e futuro do planeta Terra, necessário se faz realizar uma ressignificação na relação humana com os animais.

O estudou buscou apresentar como as mudanças individuais podem levar a abolição de práticas que explorem os animais e não apenas regulamente uma forma humanitária de criação. O autor Francione, explica que a maior fonte de sofrimento animal no mundo é a criação animal destinada a comida. Uma alternativa para mudar essa situação, seria optar por uma alimentação vegana, a qual se baseia em um estilo de vida sem patrocinar a exploração animal.

O veganismo resume-se em amar e respeitar o próximo. É uma das maiores demonstrações de empatia. Não haverá argumento mais plausível que ouvir o seu coração. Aderir o veganismo é realizar um processo gradativo de conscientização, desmistificar crenças, costumes e tradições. Todo o processo evolutivo demanda uma predisposição consciente que parte de um desejo sincero do coração. Com a consciência expandida, fica mais claro identificar que o ser humano compartilha a vida com outros seres no planeta, sendo corresponsável pela transformação que se aplica ao mundo através das escolhas individuais, partindo de um olhar compreensivo, de compaixão, ética, justiça e verdade.

Amar é uma questão de escolha. Basta o primeiro passo para se desvincular de todas as formas de violência e relembrar a conexão humana com todos os seres através do sentimento de compaixão. O homem possui total capacidade de escolha diante de seus hábitos alimentares, podendo agir de forma ética e responsável. Sendo assim, uma vez que os hábitos alimentares dos humanos podem ser atendidos sem causar exploração animal, optar por uma alimentação sem carne e derivados é eticamente correto.

Ademais, o presente estudo procurou demonstrar que a exploração animal diante da indústria alimentícia representa um problema moral, que resulta em sofrimento e restrição à liberdade do animal. Os animais merecem ser respeitados, desse modo, seus consumidores devem começar a apoiar meios alternativos que busquem uma posição moralmente adequada: o fim da exploração animal.

Em um abatedouro existe dor, violência e sofrimento. A indústria alimentícia convence de que é possível matar bilhões de animais de forma “humanitária”, quando que humanitário é respeitar os animais tirando-os do prato.

Por fim cumpre destacar que o presente estudo possuía como objetivo analisar a condição jurídica dos animais diante da indústria alimentícia. A este respeito, conforme já se aduziu anteriormente, fica claro que o ordenamento jurídico brasileiro adota uma norma tradicional ao reconhecer os animais como mera propriedade do ser humano. Isto ficou evidente ao ser analisado, principalmente, o Código Civil Brasileiro, o qual enxerga os animais como coisa, bem móvel e semovente, além de classificá-los como mera propriedade, promovendo uma proteção através da irracionalidade de seus proprietários.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Juan Roque. Os direitos fundamentais dos animais não humanos: o ultrapassar fronteiras da Constituição para além da coexistência à convivência moral e ética dos seres sencientes. *In: Revista de Artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito*, v. 1, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/1simposioconst/article/view/1132>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

AMORIM, Alexander Sales. **Ciência do direito, a interpretação normativa como a quarta dimensão do direito**. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5444, 28 mai. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66484/ciencia-do-direito-a-interpretacao-normativa-como-a-quarta-dimensao-do-direito>. Acesso em: 2 mai. 2022.)

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.9771/rbda.v13i3.28768. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/28768>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. (Col. Os Pensadores). Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Título original: *The principles of morals and legislation*

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Decreto n. 14.529, de 9 de dezembro de 1920. **Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-republicacao-93791-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Decreto n. 24.645, de 10 de julho de 1934. **Estabelece medidas de proteção aos animais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio**

ambiente, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Introdução. *In*: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.) **Ética e direitos dos animais.** Florianópolis: EdUFSC, 2016.

FELIPE, Sonia T. Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais: Para além do especismo elitista e eletivo. *In*: **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 1, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol2.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios:** alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

FERREIRA, Tiago. **A deontologia jurídica e a sua aplicação no âmbito do direito moderno.** Jurídico Certo - Bahia, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/tiago-ferreira/artigos/a-deontologia-juridica-e-a-sua-aplicacao-no-ambito-do-direito-moderno-4268>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FRANCESCHET, Júlio César. **DIREITO CIVIL PARTE GERAL.** *In*: 5ª Revista atualizada ampliada, Salvador: JusPODIVM, 2020. Disponível em: <https://d24kgseos9bn1o.cloudfront.net/editorajuspodivm/arquivos/25-32%20site.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais:** seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013.

FRANCIONE *apud* SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico:** Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal.** Salvador: Evolução, 2008.

LEVAI, Laerte Fernando, **Direito dos Animais.** 2. ed. ver. ampl. e atual. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004.

LEVAI, Laerte Fernando. **Os animais sob a visão da ética.** Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/os__animais__sob__a__visao__da__e_tica.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

MÓL, Samylla; VENANCIA, Renato. **A proteção jurídica dos animais no Brasil:** uma breve história. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

NACONECY, Carlos. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. *In: Revista brasileira de direito animal*. Salvador-BA, vol. 4, n. 5, p. 235-267, Jan./Dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10633/7678>. Acesso em: 03 abr. 2022.

NACONECY, Carlos Michelon. **Ética & animais: um guia de argumentação filosófica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas - Bélgica, 27 de janeiro de 1978. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/pdf/e9b4b78d53d8ade06367be893d9bd826.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

REGAN, Tom. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Tradução de Regina Rheda. Porto Alegre: Lugano, 2006. Título original: Empty cages: facing the challenge of animal rights.

RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS SOBRINHO, Elizeu de Oliveira. **Animais não-humanos e governo eletrônico: Ferramentas de E-Gov na promoção e proteção dos animais**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Camilo Henrique; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Tutela jurídicas dos animais não humanos no Brasil. *In: Revista Jurídica Cesumar - Mestrado*, v. 14, n. 2, p. 469-489, jul./dez. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3720/2473>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVEIRA, Paula Galbiatti; BARROS, Marina Dorileo. A proteção jurídica dos animais não-humanos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador, v. 10, n. 18, 2015. DOI: 10.9771/rbda.v10i18.13218. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/13218>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Título original: Animal liberation.

TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Análise crítica sobre a declaração universal dos direitos dos animais. *In: Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, v. 5, n. 7, 2014. DOI: 10.9771/rbda.v5i7.11043. Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11043/7964>. Acesso em: 02 abr. 2022.